

MARCO ANTÔNIO MACHADO LIMA PEREIRA
Organizador

**VERBETES BIOGRÁFICOS DAS
ESQUERDAS ANTIFASCISTAS
LATINO-AMERICANAS E
CARIBENHAS**



EDUFMA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

Diretor Prof. Dr. César Augusto Castro



EDUFMA EDITORA DA UFMA

Coordenadora Irenilma Cadête Lima

Conselho Editorial Prof. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa
Prof. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Prof. Dra. Jussara Danielle Martins Aires
Prof. Dra. Karina Almeida de Sousa
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Prof. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Prof. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Prof. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Prof. Dra. Rosângela Fernandes Lucena Batista
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.



Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo

Marco Antônio Machado Lima Pereira
Organizador

**VERBETES BIOGRÁFICOS DAS ESQUERDAS ANTIFASCISTAS LATINO-
AMERICANAS E CARIBENHAS**

São Luís



EDUFMA

2025

© 2025 EDUFMA - Todos os direitos reservados

Projeto gráfico, diagramação: Roney Correia da Silva

Capa: Izabela Moreira

Revisão: Pauline Freire Pimenta

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Verbetes biográficos das esquerdas antifascistas latino-americanas e caribenhas [recurso eletrônico] / Marco Antônio Machado Lima Pereira (org.). São Luís: EDUFMA, 2025.

88 p.

Vários autores.

Modo de acesso: www.edufma.ufma.br

ISBN: 978-65-5363-502-9

1. História das esquerdas. 2. Antifascismos. 3. 1930-1940. I. Pereira, Marco Antônio Machado Lima. II. Título.

CDD 329:920

CDU 329.13:929(8)“19”

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Francinete Costa Primo CRB 13/787

CRIADO NO BRASIL [2025]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Prefácio	9
1. Besouchet, Alberto Bomílcar	12
por Marco Antônio Machado Lima Pereira	
2. Mentor, Aldy	21
por Thiago Silva de Sousa	
3. Feitosa, Amélia (Reginaldo) Nogueira	29
por Katiana Oliveira dos Santos	
4. Brum, Blanca Luz	34
por Nathalia Guimarães e Sousa	
5. De Jiles, Elena Caffarena	40
por Rayana Cristina Araujo Diniz	
6. Moraes, Eneida Villas Boas Costa De	46
por Júlia Naomí Costa Rodrigues	
7. Moreyra, Eugênia Álvaro	51
por Julio César Braga Gomes de Melo Junior	
8. Fanon, Frantz Omar	56
por Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez	
9. Cerruti, Isabel Bertolucci	62
por Luciana Soares Santos	
10. Roumain, Jacques.....	69
por Loudmia Amicia Pierre Louis	
11. Prestes, Luiz (às vezes grafado como Luís) Carlos.....	76
por Bernardo Marques	
12. Galvão, Patrícia Rehder	83
por Leidiane Francelina Batista	

Apresentação

A proposta desta coletânea surgiu como desdobramento da disciplina, intitulada “Antifascismos: história e historiografia”, que ministrei no Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes na Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA) no semestre 2024.2. O curso visa a realizar um balanço historiográfico sobre a temática dos antifascismos, bem como abordar as ideias, movimentos e práticas antifascistas a partir de uma perspectiva transnacional. Dentre os objetivos centrais, destaca-se o de examinar como diferentes formas de antifascismos globais foram incorporados em vários contextos nacionais e locais durante o período entreguerras e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de reflexões relacionadas à história integrada no mundo atlântico, notadamente América Latina e Europa.

Foi um semestre bastante profícuo em termos de trocas, debates e revisão crítica da historiografia. A disciplina foi pensada a partir de cinco eixos temáticos, a saber: interpretações do fascismo; a historiografia sobre o antifascismo; o antifascismo e as esquerdas brasileiras; antifascismo transnacional: agentes, redes e circulações; o antifascismo revolucionário, com ênfase no caso espanhol. Como avaliação final, trouxe como proposta a produção de verbetes biográficos que contemplassem trajetórias de poetas, escritores/as, artistas, intelectuais e militantes antifascistas.

Inspirado na experiência exitosa dos/as colegas do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI) com o Dicionario Biográfico de las Izquierdas Latinoamericanas (movimientos sociales y corrientes políticas), elaborei um modelo de produção dos verbetes biográficos com o propósito de levantar os seguintes dados acerca dos/as personagens escolhidos: 1) dados familiares básicos: posição social da família; cidade e bairro de origem; nome e profissão dos pais e irmãos; 2) estudos, posição socioprofissional: instituição em que o/a personagem cursou os estudos primários, secundários e superiores; 3) militância: começando pelo ano e pelos motivos de sua iniciação à vida política; 4) itinerário político-militante: grupos ou partidos nos quais atuou/cargos políticos que exerceu; 5) viagens e deslocamentos; 6) perseguições, prisões e exílios; 7) cargos em instituições públicas; 8) as redes de sociabilidade quando for mencionar os vínculos políticos e intelectuais do/a personagem biografado/a.

Minha sugestão aos pós-graduandos/as foi no sentido de conferirem destaque à militância política dos/as personagens e que fornecessem aos leitores elementos que

evidenciam seu envolvimento na luta antifascista dos anos 1930-40, tais como participação em congressos, publicações (livros/revistas/manifestos) e organizações antifascistas. A premissa que embasou tal proposta, e que foi construída em diálogo com as reflexões do historiador Bruno Groppo, é a seguinte: o antifascismo – entendido aqui como um movimento histórico real, organizado ou espontâneo, de oposição e de resistência ao fascismo – desempenhou um papel central na construção de identidades políticas dos/as personagens aqui reunidos. Convém destacar que o fenômeno do antifascismo se caracterizou por uma grande diversidade, uma vez que nunca se tornou a expressão de uma única corrente política ou de uma classe social. Quando falamos em antifascismo, portanto, devemos fazê-lo no plural, de modo a abarcar as experiências históricas do antifascismo socialista, comunista, anarquista, católico, liberal-democrático.

Dos doze personagens que compõem a coletânea, sete são mulheres e cinco são homens. Minha contribuição a este trabalho foi incluir a figura do tenente comunista **Alberto Bomílcar Besouchet (1910-1938)**, primeiro voluntário brasileiro a chegar à Península Ibérica em fevereiro de 1937 para lutar ao lado das tropas republicanas contra o general Francisco Franco durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Na sequência, Thiago Silva de Sousa analisa a trajetória do advogado comunista piauiense **Aldyr Mentor (1907-1978)**, que se destacou na luta sindical e foi um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora (ANL) – uma frente de esquerda inspirada no modelo das frentes populares que surgiram na Europa para deter o avanço dos fascismos e que se transformou em um amplo movimento de massas nos anos 1930, congregando tenentistas, comunistas, liberais, socialistas e católicos – na cidade de Parnaíba/PI.

Já Katiana Oliveira dos Santos se debruça sobre a trajetória de **Amélia Reginaldo (1917-1979)**, que participou da rebelião armada de Natal/RN em novembro de 1935 e teve atuação destacada na União Feminina do Brasil (UFB), órgão ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por meio de pesquisa bibliográfica e em acervos digitais, Nathalia Guimarães investiga as redes de sociabilidade da poetisa, pintora, jornalista e escritora uruguaia **Blanca Luz Brum (1905-1985)**, militante comunista nos anos 1920-30 e que numa fase posterior acabou migrando para a direita do espectro político. Os vínculos entre feminismo e antifascismo anarquista é o enfoque do verbete sobre a advogada chilena **Elena Caffarena Morice (1903-2003)** de autoria de Rayana Diniz. Por sua vez, Júlia Naomi Costa Rodrigues confere destaque à militância

feminista e comunista da jornalista e escritora paraense **Eneida de Moraes (1903-1971)**. Júlio Cesar Braga aborda outra personagem jornalista e também dedicada às lutas feminista e comunista dos anos 1930, a mineira **Eugênia Álvaro Moreyra (1898-1948)**.

Júlia Soledade apresenta a trajetória do psiquiatra, escritor, militante e intelectual martinicano **Franz Fanon (1925-1961)**, particularmente seu engajamento no combate aos fascistas no Exército Francês de Libertação durante a Segunda Guerra Mundial. Por meio da militante ítalo-brasileira **Isabel Bertolucci Cerruti (1886-1970)**, Luciana Soares Santos examina uma personagem que representa uma das vertentes ainda pouco pesquisadas entre nós, a saber, a do antifascismo anarquista, e que foi redatora de dois dos principais jornais anarquistas do período, *A Lanterna* e *A Plebe*.

Loudmia Amicia contribui com a coletânea com outro personagem de origem caribenha, o escritor, poeta e militante comunista haitiano **Jacques Roumain (1907-1944)**, que participou do *Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura*, realizado em Paris em 1937, evento que reuniu intelectuais antifascistas de várias partes do mundo solidários à causa da Espanha republicana no contexto da guerra civil. Outro personagem militar que merece destaque é **Luiz Carlos Prestes (1898-1990)**, personagem verbetado por Bernardo Marques em diálogo com dois dos biógrafos do “Cavaleiro da Esperança”, Daniel Aarão Reis e Anita Leocádia Prestes. Fechando o livro, Leidiane Batista aborda a trajetória da escritora, jornalista e militante comunista **Patrícia Galvão (1910-1962)**, mais conhecida como Pagu, que nos anos 1930 lançou, em parceria com Oswald de Andrade, o jornal *O Homem do Povo*.

Esperamos que os verbetes produzidos possam inspirar novos estudos sobre a história das esquerdas, recuperando expectativas, projetos e utopias de mulheres e homens que, vinculados a tradições políticas diversas e atuando em distintos espaços geográficos, se engajaram na militância antifascista entre os anos 1930-40. Conforme o historiador Enzo Traverso, se o que explica a difusão do antifascismo é sua capacidade para se impor como um “ethos coletivo” para todos aqueles que queriam combater as ditaduras de Mussolini, Hitler e Franco, almejamos que os/as personagens aqui elencados possam ser trabalhados no ensino de História Contemporânea, na medida em que permitem reconstruir parte da circulação de ideias que uniu intelectuais/militantes de base de diferentes nacionalidades, bem como compreender a pluralidade e a especificidade da experiência antifascista no contexto latino-americano e caribenho.

Prefácio

*Son las 3 de la tarde de un 1 de mayo,
Hoy cumple años nuestro viejo dolor
No, hoy no es un día de fiesta
Pero hemos aprendido a cantar
Y después de los cantos vendrán las balas*
Raúl González-Tuñón (Las Brigadas de Choque, 1933)

Com grande alegria recebi o convite para prefaciá este livro, que vem a público para engrossar os estudos sobre o antifascismo na América Latina e no Caribe. Segundo Michael Seidman, ao contrário de seu opositor, o tema recebeu pouca atenção dos pesquisadores e teóricos ainda que seja “talvez a mais poderosa ideologia ocidental do século XX”. Portanto, o livro *Verbetes biográficos das esquerdas antifascistas latino-americanas e caribenhas* é muito bem-vindo.

A dificuldade de conceituação do antifascismo passa pelo fato de ter havido uma diversidade de experiências ligadas ao tema e a um grande ecumenismo em sua militância, situada no entrecruzamento entre o debate político e o cultural. A possibilidade de classificá-lo como uma forma de resistência, vinculado ao seu prefixo “anti-” pode obscurecer o caráter propositivo e sobretudo revolucionário do antifascismo. Fora do espaço europeu, o antifascismo, assim como o fascismo, enfrenta ainda mais um desafio conceitual, que passa por aceitar “a universalidade possível do fascismo como fenômeno histórico”, segundo Francisco Teixeira; assim, é necessário analisar a peculiaridade da existência do fascismo nestes espaços, mas também a mobilização das ideias e práticas antifascistas contrária a governos autoritários.

É sabido que o antifascismo na América Latina e no Caribe sustentou reivindicações políticas e sociais local e globalmente. De maneira geral, os antifascistas latino-americanos atuaram em três grandes frentes: articularam-se contra os governos ditatoriais ou antidemocráticos, fizeram ferrenha oposição contra os grupos fascistas locais (e são muitos na América Latina, de norte a sul) e, por fim, militaram contra a influência direta do fascismo italiano e alemão (mas também o espanhol e o português) nas comunidades de emigrados e nas relações econômicas e culturais de seus países.

Um tema ainda por explorar – que as biografias do martinicano Franz Fanon (1925-1961) e do haitiano Jacques Romain (1907-1944) aqui apresentadas nos oferecem pistas – está na complexidade do debate racial presente na luta contra o fascismo. Para

além da mobilização contra o antissemitismo, expressa, por exemplo, na realização do *Primer Congreso contra el Racismo y el Antisemitismo*, em Buenos Aires no mês de agosto de 1938, resta por descobrir como o debate racial ocorreu no âmbito das nações – segundo a particularidade de sua formação cultural e populacional – mas também no âmbito global. Ademais, é fundamental descobrir a relação entre a mobilização contra o fascismo e seus possíveis desdobramentos na luta contra o colonialismo, que afetou fortemente os países caribenhos, mas também africanos e asiáticos.

A presença das mulheres na luta antifascista, assim como em diversos outros momentos da História, não foi suficientemente esclarecida; e esta é outra qualidade deste livro que vos apresento que nos oferece uma significativa quantidade de biografias de mulheres. Com maior ou menor presença nos movimentos feministas organizados pela libertação e igualdade feminina, conhecemos a trajetória de mulheres antifascistas que militaram em diversos âmbitos. Elas estiveram envolvidas diretamente com a luta armada, como no caso da potiguar Amélia Reginaldo Nogueira Feitosa (1917-1979) ou com a mobilização política e intelectual, a exemplo da jornalista paraense Eneida de Moraes (1903-1971), da chilena Elena Caffarena Morice (1903-2003) e da anarquista paulista Isabel Bertolucci Cerruti (1886-1970). Ressalta-se a relevância da militância das mulheres para pautar outros aspectos da opressão representada pelo fascismo, sobretudo em relação aos papéis relativos ao comportamento das mulheres e aos espaços por elas ocupados. É o que nos mostra as trajetórias da argentina Blanca Luz Brum (1905-1985), da mineira Eugenia Álvaro Moreira e da paulista Patrícia Galvão (1910-1962).

Por fim, o livro tem ainda o mérito de nos dar a conhecer a difusão da militância aliancista pelo Piauí e sua articulação com as lutas sindicais. Além de reforçar o caráter antifascista da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o verbete biográfico de Aldyr Mentor (1907-1978) lança luz a práticas de mobilização características de uma resistência civil. É relevante também a rememoração da centralidade do conflito espanhol na mobilização antifascista no entreguerras, o que podemos recuperar acompanhando a vivência de Alberto Bomílcar Besouchet (1910-1938); essa inegável dinâmica transnacional da luta antifascista é percebida pela trajetória de Luís Carlos Prestes (1898-1990), que em sua longa vida como militante no Brasil transitou por diferentes países latino-americanos e europeus, nos oferecendo uma possibilidade de

refletir sobre os dilemas, ambiguidades e tensões presentes na luta política na contemporaneidade.

Os relatos biográficos presentes nessa coletânea colocam em destaque distintos aspectos do antifascismo, que envolvem a luta política com armas e com palavras. Entre *cantos* e *balas*, como lembra o poeta antifascista argentino Raúl González-Tuñón, convido os(as) leitores(as) a conhecerem a vida e a luta dos militantes registradas nesta obra.

Ângela Meirelles de Oliveira é professora de História das Américas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Marechal Cândido Rondon, e do Programa de Pós-Graduação em História “Cultura, Poder e Práticas Sociais” (PPGH-UNIOESTE). Autora do livro *Palavras como balas. Intelectuais e imprensa antifascista no Cone Sul (1933-1939)*, publicado pela editora Alameda (2015).

1. BESOUCHET¹, Alberto Bomílcar

Florianópolis, Brasil, 11/12/1910 – Barcelona, Espanha, 1938



Fonte: PRONTUÁRIO N. 1753, 1936

Autor: Marco Antônio Machado Lima Pereira²

Resumo: Abordaremos neste verbete dois eventos centrais na trajetória de Alberto Besouchet, qual seja, o protagonismo na rebelião armada em Pernambuco em novembro de 1935 e o episódio de seu desaparecimento enquanto lutava ao lado das tropas republicanas contra o general Francisco Franco durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). A partir da documentação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (APERJ), do jornal *A Classe Operária* e das cartas dos irmãos Augusto e Lídia Besouchet, analisaremos como o personagem se inseriu no conflito entre as distintas forças de esquerda no período entreguerras.

Palavras-chave: Alberto Besouchet; trajetória; militância antifascista.

¹ O presente trabalho é parte de uma pesquisa desenvolvida em maior detalhe em PEREIRA (2023).

² Professor do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó (CCCCO/UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas (PPGHIS/UFMA). E-mail: marco.pereira@ufma.br

Alberto Bomílcar Besouchet nasceu em Florianópolis/SC, em 11/12/1910. Filho de Julia Bomílcar Besouchet (1870-1918), natural do estado do Ceará, e do oficial do Exército, Helvécio Renato Besouchet (1870-1960), alagoano de nascimento, era o caçula de uma família de cinco irmãos: Esther da Silva Santos (1900-1973), Augusto Bomílcar Besouchet (1905-1992), Marino Bomílcar Besouchet (1907-1965) e Lídia Besouchet (1908-1997). Entre os anos 1925-1933, Alberto, que morava em Fortaleza/CE, concluiu sua formação secundária na Escola Militar do Ceará. Seguiu para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Militar do Realengo, onde tornou-se aspirante a oficial da arma de infantaria em 1934. Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB) aos 23 anos, agremiação em que seus irmãos Augusto e Marino já atuavam como membros da Juventude Comunista desde meados da década de 1920 (RANGEL, 2016, p. 53-55).

Servindo em Pernambuco, Alberto Besouchet tomou parte na sublevação do 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar Floriano Peixoto em Socorro/PE, município de Jaboatão, nos arredores da capital pernambucana. Ferido na perna quando carregava uma metralhadora na tentativa de bloquear a parte dos fundos do pavilhão de comando da Vila Militar, Besouchet conseguiu escapar da prisão, embora tenha perdido sua patente no exército. Condenado a oito anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), deixou o Brasil no final de 1936 para lutar pela Espanha republicana, ingressando nas Brigadas Internacionais (BI). Mesmo depois de sua morte na Espanha, em 1938, Alberto permaneceu como foragido da justiça (RANGEL, 2016, p. 30).

Do pequeno grupo de ex-combatentes brasileiros – quatorze militares e dois civis –, Besouchet havia sido o primeiro a chegar à Península Ibérica em fevereiro de 1937, e, quando chegaram os demais brasileiros, ele já estava desaparecido. Até a sua ida para a Espanha, Alberto não havia se convencido a passar para a corrente “trotskista”³. Desde que a rebelião armada em Pernambuco fracassou, o personagem só teve tempo de se esconder e planejar a fuga para a Europa, que lhe permitiria continuar atuando na militância antifascista.

Com o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de frente antifascista e antigetulista criada em março de 1935⁴, Alberto tornou-se um

³ O termo “trotskista” será usado aqui entre aspas, pois os integrantes do movimento “preferiam definir-se como ‘bolcheviques-leninistas’, ‘marxistas revolucionários’ ou ‘comunistas internacionalistas’” (BENSAÏD, 2008, p. 15).

⁴ “A ANL foi lançada, a 30 de março de 1935, em grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, ocasião em que o nome de Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL. O porta-voz da proposta foi o estudante e comunista Carlos Lacerda” (VIANNA, 2003, p. 81).

comunista aliancista, conquistando uma posição de liderança no movimento, o que o tornou um dos chefes da rebelião em Recife. É bem provável que a comunicação entre ele e seus irmãos tenha sido esporádica enquanto morava em Pernambuco, tendo em vista o trabalho secreto que realizava junto aos militares comunistas que formavam o Comitê “Antimil⁵” (RANGEL, 2016, p. 136-137).

O levante de Recife foi uma decisão da direção local do PCB, especificamente do secretariado do Nordeste. Os tenentes Lamartine Coutinho, Alberto Besouchet e o capitão Otacílio Alves de Lima iniciaram a insurreição do 29º Batalhão de Caçadores. Importante destacar que Recife era considerada o centro político do Nordeste, palco de várias conspirações e rebeliões militares, tornando-se o cenário das principais atividades dos militantes comunistas de toda a região (VIANNA, 2007, p. 287-288).

Na noite de 23 de novembro de 1935, sábado, chegaram a Recife as notícias do levante do 21º Batalhão de Caçadores em Natal. O secretariado do PCB no Nordeste “não tinha dúvidas quanto à necessidade de apoiar os revoltosos do Rio Grande do Norte, ampliando um movimento que acreditavam significar o início da revolução nacional-libertadora em todo o país” (VIANNA, 2007, p. 294-295). Em seguida, o secretariado marcou o levante na capital pernambucana para as 9 horas da manhã do domingo, 24. No confronto com militares legalistas, Besouchet foi atingido por uma bala na perna, ficando fora de combate (VIANNA, 2007, p. 297).

No início da tarde do dia 25 de novembro de 1935, o tenente Lamartine abandonou o Largo da Paz e, à noite, os rebeldes deixaram o quartel do 29º BC. Na manhã do dia seguinte, cercados e esgotados, Silo Meirelles, Otacílio Alves de Lima, 7 praças e 2 sargentos se entregaram. A repressão contra soldados, cabos e sargentos foi brutal. Os presos foram torturados e muitos rebeldes, ao se renderem, acabariam sumariamente fuzilados (VIANNA, 2007, p. 304-306). Em Recife, participaram da luta quase que exclusivamente comunistas e aliancistas. Estima-se em 20 mil o número de prisões que impactaram profundamente todas as organizações operárias, sindicais e políticas (ALMEIDA, 2005, p. 114-115).

Lídia Besouchet salientou que Alberto seguiu viagem de Recife pelo sertão até a cidade de Vitória, no Espírito Santo, onde se escondeu na casa de sua irmã mais velha,

⁵ O setor militar do PCB ou Antimil (diminutivo de antimilitarista) foi uma das organizações mais importantes dos comunistas no estado de Pernambuco, com muitos deles na composição do Comitê Central da agremiação. Em Recife, a organização articulava oficiais, suboficiais e soldados nas mesmas células (CUNHA, 2012, p. 64).

Esther (FREITAS, 1981). Augusto forneceu mais algumas pistas sobre a trajetória de Alberto depois do levante de Recife: “foi ele o único que conseguiu, embora ferido na perna, escapar chegando a Caruaru, onde disfarçado viaja a pé até Penedo, terra de meus avós paternos, todos alagoanos” (BESOUCHET, 1981).

Depois de passar alguns meses se recuperando em Vitória/ES, Alberto seguiu viagem ao Rio, onde voltou a reencontrar os irmãos Augusto e Marino em 1936⁶. Nessa ocasião, diz Augusto, “tanto eu como Marino e penso também Lúdia, estávamos em luta contra Prestes e seu golpismo e isso nos aproximou dos trotskistas e de Mário Pedrosa, que militou em Berlim em uma célula comunista favorável a Trotsky” (BESOUCHET, 1981). Augusto sublinhou ainda a posição divergente dele e de seus irmãos (com exceção de Alberto) com as orientações do PCB antes mesmo de explodir os levantes de novembro de 1935.

Em dezembro de 1935, o episódio da expulsão dos irmãos Besouchet ganhou destaque nas páginas do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB. Com o título “Expulsões” (SOBRINHO; MACEDO, 1935), os irmãos Besouchet foram caracterizados pelo periódico como “fracionistas” ligados ao “trotskismo contrarrevolucionário” que teriam se infiltrado no movimento sindical e nas fileiras do partido. Acusados de tramarem contra a unidade, a linha e a direção da agremiação, as expulsões das fileiras do PCB pelo Comitê Regional do Rio foram confirmadas por unanimidade pelo Pleno ampliado do Comitê Central.

Depois de conseguir escapar com êxito da polícia de Recife e de uma breve passagem pelo Rio, Alberto iniciou sua jornada em direção ao Sul do país, trajeto que levou cerca de sessenta dias para ser cumprido (RANGEL, 2016, p. 137-138). Antes da partida de Alberto para a Espanha, pairava certa dúvida entre os dirigentes do PCB sobre seu posicionamento político. Contudo, a Guerra Civil Espanhola havia se tornado o principal tema debatido entre os militantes do PCB presos depois dos levantes de novembro de 1935. Tanto é que havia entre eles um acordo: aqueles que fossem libertados e tivessem condições participariam da guerra como forma de prestar solidariedade à República, combatendo o fascismo onde era possível, pois “no Brasil as condições eram muito difíceis” (REIS, 1989). Ao sair da prisão, Dinarco Reis garantiu que a decisão de incorporar voluntários brasileiros para apoiar os republicanos partiu da

⁶ Augusto, Marino e Alberto estudaram em colégios militares tal como o pai, embora somente Alberto, o filho mais novo, tenha seguido carreira (RANGEL, 2016, p. 38).

direção do PCB. A meta inicial era enviar cerca de 100 pessoas, “mas a repressão do governo Vargas acabou dificultando os planos”, “motivo pelo qual apenas 22 voluntários ligados ao partido embarcaram para a Espanha, mas, desses 22, apenas 16 combateram” (BATTIBUGLI, 2004, p. 87).

Clandestino, Alberto foi para a Europa partindo de Buenos Aires, a bordo de um navio com um grupo de voluntários alemães, portando passaporte cubano e com o nome falso de Ernesto Torres. Desembarcou no porto de Antuérpia em janeiro de 1937 e, com a identidade verdadeira, chegou a Perpignan em fevereiro de 1937 (FREITAS, 1979). Uma das poucas fontes na imprensa sobre a atuação de Alberto Besouchet no conflito civil espanhol foi uma matéria publicada no Diário de Pernambuco em junho de 1937 pelo jornalista francês Jean Richard Bloch. Descrito como “herói na batalha de Guadalajara”, o jovem oficial do novo Exército Popular Republicano se portou com destemor “nos momentos críticos em que as forças governamentais recuaram” e depois participou do famoso contra-ataque que “levaram o general Miaja voltar suas vistas para o tenente Besouchet, que já era aclamado coronel pelos seus companheiros de trincheira” (BLOCH, 1937, p. 3).

Ferido na batalha de Guadalajara por um estilhaço de granada na perna, Besouchet foi tratado num hospital e lá narrou aos médicos e enfermeiros que havia fugido do Brasil, “onde participara de um levante, no qual também tinha fugido”. Finalizado o levante em Pernambuco, fugiu para Buenos Aires, onde se dirigiu a Paris. Da capital francesa, alcançou Barcelona. Somente depois de revelar sua identidade e “comprovadas as suas ideias foi admitido no Exército Popular espanhol, com o posto que possuía naquela pátria”. Depois de passar quinze dias numa enfermaria em Madri, o ex-oficial brasileiro foi chamado a participar do Estado-Maior do general Miaja, participando de combates em Barcelona, Andújar (região de Andalucía) e Carabanchel (Madri). Comandou uma brigada nos campos de Madri e, em seguida, foi destacado para as frentes de Sevilla e Córdoba.

Mesmo que nem a data e nem o local de sua morte sejam precisos, dada a carência de fontes documentais, são três as versões que concorrem para explicar seu destino trágico: a) a de que morreu nas “jornadas de maio” de 1937, marcadas por uma série de confrontos na cidade de Barcelona entre militantes do Partido Operário de

Unificação Marxista⁷ (POUM) e anarquistas contra comunistas; b) sua morte teria ocorrido em fins de 1938, na leva de fuzilamentos de presos anarquistas e “trotskistas” que se deu com a retirada das brigadas internacionais⁸ do território espanhol; c) e a que situa o fim de Alberto nos expurgos praticados a partir de junho de 1937, com a supressão do POUM. De todo modo, a versão que melhor se sustenta é a que atribui o caso Besouchet à política de extermínio do regime de Stálin (RANGEL, 2016, p. 140).

A polícia política brasileira não acreditava na versão da morte de Alberto Besouchet, preferindo crer que ele estaria escondido em Pernambuco ou até mesmo exilado. Quase dez anos depois de seu desaparecimento e com o decreto de anistia promulgado por Vargas, que incluía, entre os militares anistiados, o tenente Besouchet, Lídia encaminhou para o cônsul do Brasil na Espanha uma carta solicitando informações sobre o irmão, mas nenhuma autoridade diplomática “deu qualquer depoimento satisfatório e por muitos anos Lídia continuaria buscando respostas” (RANGEL, 2016, 200-201).

No dia 13 de julho de 1986, na edição especial sobre os cinquenta anos da guerra de Espanha e da participação dos brasileiros no conflito (BERABA, 1986, p. 18), Lídia Besouchet revelou, em entrevista à *Folha de São Paulo*, que, em 1939, quando morava em Buenos Aires, recebeu a notícia do ex-membro do Comitê Central do PCB, major Costa Leite, de que Alberto Besouchet foi fuzilado por comunistas na retirada das brigadas internacionais em Barcelona junto com os anarquistas e trotskistas prisioneiros nos cárceres daquela cidade. Lídia Besouchet disse que a mesma versão teria sido confirmada anos depois pelo próprio Costa Leite na casa do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda: “O Alberto foi fuzilado porque era dissidente” (BERABA, 1986, p. 18).

Na mesma edição da *Folha*, o ex-tenente Dinarco Reis e membro do Comitê Central do PCB discordou da versão apresentada, dizendo que “as histórias que têm sido contadas naturalmente por anarquistas, por socialistas e por trotskistas, gente que

⁷ Pequeno grupo revolucionário formado em 1935 pela união de dois partidos dissidentes comunistas: o Partido Comunista de Esquerda, liderado pelo antigo trotskista Andreu Nin, e o Bloco de Trabalhadores e Camponeses, de Joaquín Maurín.

⁸ A partir dos arquivos da IC, Rémi Skoutelsky assinalou que 32.256 brigadistas lutaram a favor do governo republicano. Os franceses, que constituíam o maior contingente das BI, chegaram a ter oficialmente em suas fileiras 8.962 homens, incluindo argelinos. Outros dois grandes contingentes foram os italianos e polacos, com 3.113 e 3.002 efetivos respectivamente (SKOUTELSKY, 2006, p. 169-170). Ao que tudo indica, nunca foram mais de 15 mil a 18 mil combatentes ao mesmo tempo e pouco mais de 12 mil continuaram em serviço ativo até sua retirada e posterior repatriação no final de 1938 (MORADIELLOS, 2000, p. 43).

não sabe da história, mas gosta de elaborar lendas, não estão baseadas em provas” (BERABA, 1986, p. 18). Dinarco Reis disse que foi amigo de Besouchet e que, na época, tentou descobrir, sem sucesso, seu paradeiro, tendo em vista que “muitas pessoas desapareceram nas lutas de rua em Barcelona” (BERABA, 1986, p. 18).

As informações sobre a trajetória de Besouchet na Espanha são desconexas e fragmentadas. Enquanto algumas fontes dizem que serviu no staff do general Miaja, outros indicam que teria se alistado nas BI. Em outra versão, também se afirma que Besouchet partiu do Brasil levando uma carta de recomendação de Mário Pedrosa, apresentando-o a Andreu Nin, o chefe do POUM (FERNANDEZ, 2003, p. 305). Mas o que o teria impulsionado a militar no POUM (se é que o fez)? Infelizmente não sabemos os detalhes, mas há indícios de que Alberto morreu por causa de suas ligações com militantes “trotskistas”.

Além de ter se tornado uma referência na formação de uma cultura antifascista global na década de 1930, a Guerra Civil Espanhola representou um choque entre culturas políticas distintas (desde a extrema-direita fascista à direita conservadora, militar e católica até a vertente liberal ou as distintas esquerdas, sejam elas anarquistas, socialistas e comunistas), o que reflete a diversidade dos combatentes de 1936-1939. Apesar das diferenças profundas no campo das esquerdas, há de se destacar dois pontos em comum, a saber, o rechaço ao capitalismo e a crença na justiça social (GARCÍA, 2013, p. 14).

Em que pese a falta de evidências documentais e as versões controversas sobre seu desaparecimento e morte, o caso de Alberto Besouchet demonstra que, na época do stalinismo, o simples fato de ter pertencido no passado ou ter simpatizado com uma corrente caída em desgraça era suficiente para fazer de um militante um suspeito de desvio ou de dissidência e para expô-lo à repressão (GROPPO, 2012, p. 231-232).

A morte de Alberto gerou, na família e nos irmãos, que jamais desistiram de tentar apurar os fatos, um trauma profundo. A culpa que sentiam por Alberto ter sido considerado suspeito de ser um dissidente pelos dirigentes do PCB, porque os irmãos haviam aderido à corrente “trotskista”, gerou amargura e contribuiu para aumentar o descontentamento com a militância. Por conseguinte, a confirmação do assassinato de Alberto, a crise na IV Internacional e a morte violenta de Trotsky só reforçariam em Lídia e Augusto “a frustração, a descrença e a certeza do rompimento” (RANGEL, 2016, p. 201).

Por fim, cabe destacar que Alberto Besouchet é um personagem importante da história do movimento comunista brasileiro. Na carta aberta aos camaradas do PCB e da ANL, Besouchet expressou uma evidente consciência transnacional que explica, por exemplo, a radicalização do compromisso que assumiu com a Espanha republicana. Em duas passagens da referida carta, em que o autor reivindica o modelo soviético como exemplo a seguir, Besouchet sinaliza que o antifascismo revolucionário implicou também uma idealização do futuro (ACLEY-KREYSING, 2017, p. 174), servindo não apenas para vislumbrar uma nova Espanha, como um novo Brasil num mundo pós-fascista. Desse modo, pode-se afirmar que sua vida foi forjada no calor da mobilização antifascista tanto no Brasil como na Espanha.

Referências:

ACLEY-KREYSING, Andrea. Exiliados europeos y cultura antifascista en Ciudad de México y Buenos Aires (1936-1945). Algunas hipótesis de trabajo. In: VILLARES, Ramón; NÚÑEZ SEIXAS, Xosé (orgs.). **Os exílios ibéricos**: una ollada comparada. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2017. p. 171-192.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes de novembro de 1935. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 82-119, 2005.

BATTIBUGLI, Thaís. **A solidariedade antifascista**: brasileiros na guerra civil espanhola. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BENSAÏD, Daniel. **Trotskismos**, Trad. Sérgio Vitorino. Lisboa: Edições Combate, 2008.

BERABA, Marcelo. Familiares acusam os comunistas pela morte de Besouchet. **Folha de São Paulo**, domingo 13 de julho de 1986, 2º Caderno, Exterior, p. 18.

BESOUCHET, Augusto. **Correspondência**. Destinatário: Paulo Roberto de Almeida. Niterói-RJ, 30 maio 1981.

BLOCH, Richard. Como o tenente Besouchet alcançara a Espanha. **Diário de Pernambuco**, 16 de junho de 1937.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. O antimil: o setor militar – origens de uma organização. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 59-71, 2012.

FERNANDEZ, Jorge Christian. **Voluntários da liberdade**: militares brasileiros nas forças armadas republicanas durante a guerra civil espanhola (1936-1939). 392 fls.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

FREITAS, Lídia Besouchet de. **Correspondência solicitando informações sobre o irmão Alberto Besouchet**. Madrid, nov. 1979.

FREITAS, Lídia Besouchet de. **Depoimento**: cronologia de Alberto. Madrid, 11-12 mar. 1981.

GARCÍA, Hugo. El antifascismo en España (1933-39): una historia pendiente. In: ORTEGA LÓPEZ, Teresa María; DEL ARCO BLANCO, Miguel Ángel (org.). **Claves del mundo contemporáneo. Debate e investigación**. Actas del XI Congreso de la Asociación de la Historia Contemporánea. Granada: Comares, 2013. p. 1-22.

GROPPO, Bruno. Biografia e autobiografias como fontes para a história do comunismo: os trabalhos de biografia coletiva após a abertura dos arquivos do Comintern. **Revista Contemporânea**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 226-250, 2012.

MORADIELLOS, Enrique. Las Brigadas Internacionales: una revisión histórica y bibliográfica. **Sine Ira et Studio**, Cáceres, Universidad de Extremadura, p. 39-47, 2000.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. Alberto Bomílcar Besouchet: tensões e conflitos na trajetória de um militante antifascista (1935-1938). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 15, n. 38, p. 01-35, 2023.

PRONTUÁRIO N. 1753: Alberto Bomílcar Besouchet. Rio de Janeiro, 19 jan. 1936. Fundo Polícias Políticas/DESPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Lídia Besouchet e Newton Freitas**: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

REIS, Dinarco. Entrevista cedida a José Carlos Sebe Bom Meihy. Rio de Janeiro, 21 mar. 1989. Mimeografado.

SOBRINHO, José Farnadas; MACEDO, José Maria. Expulsões. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 196, p. 7, 25 dez. 1935.

SKOUTELSKY, Rémi. **Novedad em el frente**: las Brigadas Internacionales en la guerra civil. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2006.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 63-105.

2. MENTOR, Aldy⁹

Parnaíba, Brasil, 01/03/1907 – Fortaleza, Brasil, 30/09/1978



Fonte: Santos, 2015a, p. 163

Autor: Thiago Silva de Sousa¹⁰

Resumo: O presente trabalho investiga a vida política de Aldyr Mentor e sua relação com a luta antifascista. Ele foi um advogado piauiense, que se destacou na causa sindical na cidade de Parnaíba/PI, onde integrou o Partido Comunista local. Fundou na cidade a Aliança Nacional Libertadora (ANL), principal órgão antifascista do Brasil. Foi preso em novembro de 1935 na cidade por arquitetar o plano da insurreição comunista, onde permaneceu até 1939. Para procedermos essa pesquisa utilizamos análise de alguns jornais impressos da época disponíveis digitalmente no site da Biblioteca Nacional e a análise bibliográfica sobre o tema.

Palavras-chaves: Aldyr Mentor; Aliança Nacional Libertadora; antifascismo.

Aldy Mentor Costa de Mello, era filho de Angélica de Lima Couto e José Mentor Guilherme de Mello, um importante capitalista de produção da cera de carnaúba

⁹ São encontradas na bibliografia e em matérias jornalísticas da época outras grafias como Aldir Mentor, Audyr Mentor, Audir Mentor ou Aldy Mentor. Optamos pela acima, pois é a mais encontrada, inclusive na rua em sua homenagem na cidade de Fortaleza/CE.

¹⁰ Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA). Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: thiagossousa06@gmail.com

e outros gêneros nas primeiras décadas do século passado. Seu pai se destacou no setor dos transportes aquaviários, sendo um dos sócios-proprietários da Companhia de Navegação a Vapor do Parnaíba (SANTOS, 2015a, p. 162). Segundo informações do site *Family Search* e de José Maurício dos Santos (2015a, p. 162), Aldyr Mentor nasceu no ano de 1907 no estado do Maranhão¹¹.

Passou sua infância na capital maranhense onde formou-se em Direito em 1929. Na capital maranhense, o advogado participou das organizações ligadas à Aliança Liberal. Organizou o “Comitê Acadêmico pró-Aliança Liberal”, por onde fez excursões nas cidades do estado para promover as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa. Após os eventos de 1930, ele retorna para a cidade natal, onde passa a trabalhar nas iniciativas sindicais. Nas primeiras décadas do século passado, a cidade litorânea passou a ter uma posição elementar na dinâmica econômica mundial, pois, devido à valorização da cera de carnaúba e borracha de maniçoba, o porto de Parnaíba se tornou um importante centro de exportação nacional naquele contexto.

Esse quadro contou com a mobilização sindical que reuniu proletários e trabalhadores de muitos setores para lutarem por seus direitos. Francisco Alcides do Nascimento (1988) cita ao menos oito sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, dentre eles, os operários, metalúrgicos, barbeiros, ferroviários, estivadores, etc. Aldyr Mentor figurava como um líder importante da causa sindical, é possível que sua profissão ajudasse os sindicatos na luta por reconhecimento ante ao Ministério do Trabalho. Em matéria de dezembro de 1933, ele é citado pelo jornal *Diário da Tarde* do Paraná como responsável pela Associação de Operários de Parnahyba e com um projeto de formar uma federação sindical no estado (Quer ser ditador, 1933, p. 4).

Segundo José Maurício Santos (2015a, p. 166), essa federação foi fundada em 1934 sob a alcunha de Geral Associação das Classes Obreiras do Piauí. Uma federação que reunia sindicatos e associações de distintas categorias, o que demonstra seu impacto como liderança política na organização de trabalhadores piauienses.

Naquele contexto, o governo implantava uma política anticomunista intensa, perseguindo intelectuais e políticos que estavam ligados ao movimento. Em 1936, o

¹¹ Apesar das informações trazidas pelo historiador, uma matéria do jornal maranhense *O Combate* em 1930 indica que Aldyr Mentor era piauiense: “Piauiense de berço e maranhense de coração, Aldyr Mentor, com certeza, não regateará serviços à terra onde teve a felicidade de formar a sua consciência jurídica. O Piauí não lhe será esquecido. Ali estão as raízes da grande e distinta família a que pertence” (Dr. Aldyr Mentor, 1930, p. 4).

então interventor Leônidas Mello acusou Aldyr Mentor de impulsionar o comunismo no estado a partir das organizações sindicalistas como mostra Rosângela Assunção (2005, p.75). Sua mensagem à ALEPI sintetizava essa preocupação:

verifica-se que a criação dos sindicatos operários em Parnahyba, promovida pelo bacharel Aldy Mentor, constitui ali um grande perigo para a ordem política e social, visto que os referidos sindicatos se desviaram, para longe, de sua finalidade própria transformando-se em perigosos núcleos extremistas (MELLO *apud* ASSUNÇÃO, 2005, p. 75).

Não se sabe exatamente a data de fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Piauí. Contudo, para Ramsés Sousa e José Maurício Santos (2014, p. 2), o primeiro núcleo do estado foi na cidade do extremo norte, funcionando pelo menos desde 1932, data do primeiro documento encontrado sobre a atuação do comunismo em terras piauienses. Em 1935, Aldyr Mentor organizou manifestações na Praça da Graça, praça central da cidade, e foi acompanhada de uma greve geral do setor sindical e de assaltos ao Banco do Brasil, localizado em frente à referida praça. O jornal *O Tempo* denunciou os operários parnaibanos, colocando os sindicalistas como deturpadores da ordem: “Ademais tudo pode acontecer em Parnahyba, no terreno da questão social, desde que ali vem sendo mantida uma situação de constante intranquilidade, resultante da forma agressiva de sindicalização que foi implantada por elementos perniciosos” (*apud* NASCIMENTO, 2008, p. 10).

Junto à greve e aos assaltos que dão conta o noticiário, os comunistas operários sob a liderança de Aldyr Mentor, clamavam pelo fim do integralismo e do capitalismo e realizavam elogios à Rússia bolchevique em praça pública:

um dos agitadores o conhecido bacharel Aldir Mentor que se considera o chefe do operariado da cidade nortista (...) realizou manifestação na praça da Graça aos gritos morra a burguesia, **morra o capitalismo**, vivas à Rússia Comunista ou Proletária, **abaixo o integralismo!** E tudo isso nas barbas da polícia! Os comunistas fizeram um reboição dos diabos (*apud* NASCIMENTO, 2008, p. 11).

Essa manifestação revela a aderência do advogado e seus liderados aos entendimentos teóricos do PCB naquele contexto. Ricardo Castro (2002) aponta que, diferentemente dos trotskistas, os pecebistas entendiam o fascismo como um fruto do capitalismo imperialista que radicalizava suas intenções por um conflito após a crise

financeira. Sendo então uma ameaça reacionária como todas as outras forças autoritárias do capitalismo, o que não implicaria em uma luta especializada, mas conjunta a todos os componentes políticos da opressão capitalista. “Isso não significa que o PCB tenha se furtado de lutar contra os integralistas, pelo contrário. O que acontecia é que esse era visto como momento da luta mais geral contra a ‘reação’” (CASTRO, 2002, p. 367). O alinhamento de Aldyr Mentor a essas concepções aparecem nas manifestações da Praça da Graça, onde brandia não contra o fascismo como um sujeito político, mas contra o capitalismo, e faziam reveladores elogios à Rússia stalinista que àquele momento já era alvo de críticas principalmente pela Liga Comunista.

Ricardo Castro (2002) indica que “apenas a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em outubro de 1932, que a disputa passou a integrar os temas políticos nacionais” (CASTRO, 2002, p. 357). O integralismo chegou ao estado do Piauí em dezembro de 1933, mas somente em março do ano seguinte o núcleo seria fundado oficialmente. A intensa atividade dos camisas verdes em Parnaíba era celebrada pelos camisas verdes locais que haviam recebido diversas caravanas integralistas ao norte do estado no ano de 1934, dentre elas o próprio Plínio Salgado esteve no município em fevereiro.

Não encontramos documentação que ateste embates diretos dos comunistas e integralistas no estado, e, segundo Nascimento (1988, p. 20) em entrevista com um comunista parnaibano ele lembrava que na cidade, “os integralistas tinham certo temor dos aliancistas”. O pesquisador Boris Koval cita o Piauí como um dos estados mais importantes da cena antifascista nacional em 1934. “Amplio movimento antifascista abrange os estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais e outros” (KOVAL *apud* SANTOS, 2015b, 83).

A fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em março de 1935 esteve na esteira dos embates entre fascistas e comunistas, e dentro das questões sobre o antifascismo nacional. Dulce Pandolfi (2004) aponta que ela seguia o exemplo de frente de esquerdas europeias preocupadas com o avanço do fascismo em seu território.

Inspirada no modelo das frentes populares que surgiam na Europa para impedir o avanço do nazifascismo, a ANL incluía em seu programa, pontos como a anulação de todos os débitos às nações estrangeiras, a nacionalização das empresas estrangeiras, a garantia das liberdades públicas, a distribuição das terras dos latifúndios entre os camponeses e a proteção ao pequenos e médios proprietários (PALDOLFI, 2004, p. 176).

A ANL tornou-se então a força motriz contrária ao fascismo brasileiro, rapidamente conseguiu uma capilaridade impressionante nos rincões nacionais (SENA JÚNIOR, 2011, p. 6). Como afirma Nascimento (1988), a datação correta da fundação da ANL no Piauí não foi encontrada, ainda assim, passagens em impressos da época mostram que em julho de 1935 já estava funcionando essa frente de esquerda na capital do estado. Também não é sabido qual o dirigente da ANL-PI, na cidade de Parnaíba, o historiador sugere que fosse José Ceará, importante figura do operariado parnaibano da época. Contudo, segundo o jornal integralista *A Offensiva*, a ANL teria sido fundado por Aldyr Mentor:

Jovem e culto advogado, ardoroso político militante, com desmedidas ambições em torno de sua pessoa a quase totalidade das classes obreiras. Servindo-se desses elementos, organizou a “Geral Associação das Classes”, fardado os seus componentes, armando-os a cassetetes e fazendo-os evoluir pela cidade em paradas com feição militar. [...] para melhor alcançar seu fim, fundou em Parnaíba a “Aliança Nacional Libertadora”, a que incorporou a gente da “Geral” e dos sindicatos (Condenados, 1937, p. 7).

É provável que Aldyr Mentor, dada a sua influência já destacada sobre as ações sindicais locais, tenha levado os sindicatos à luta contra o fascismo e o capitalismo. Uma outra questão que reforça essa aproximação do antifascismo piauiense com as classes sindicalizadas, é a criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) em 1935, que era usada como forma de apoiar a difusão da ANL nos estados via sindicatos. Segundo Santos (2015b), o Piauí possuía oito sindicatos na federação.

Por seu rápido avanço, a ANL preocupou o governo autoritário getulista que se aproximava dos regimes fascistas no mundo, sendo posta na ilegalidade em julho daquele ano. Ainda assim, a ANL continuou atuando na clandestinidade. Em Parnaíba, sob a liderança de Aldyr Mentor, um ex-membro em entrevista revelou a Nascimento (1988, p. 20) que os aliancistas colocavam panfletos por debaixo das portas durante a madrugada e mantinham reuniões noturnas. É nessa cidade que um pretenso levante chegou a ser arquitetado em novembro de 1935 adjunto à cidade de Natal/RN. Contudo, o movimento foi esfacelado antes de ser executado pela polícia da cidade, realizando mais de quarenta prisões de membros da ANL. Dentre os presos estava Aldyr Mentor que foi condenado a quatro anos de prisão, como consta em matéria jornalística carioca

(O levante..., 1937, p. 4). Durante as inquirições, o advogado era citado como o cabeça do movimento e o que foi implicado com maior pena dentre os acusados do levante.

Durante seu tempo na prisão, muitos aliancistas foram torturados, como é o caso de Francisco Theodoro espancado pelos policiais durante a prisão. Segundo Francisco Nascimento (1988), outras violências foram perpetradas contra os presos. Em 1936, o importante jornal maranhense *Pacotilha* relatava uma tentativa de suicídio por parte de Aldyr Mentor durante sua prisão: “O bacharel Aldy Mentor, que tentou contra a existência, atirando-se de uma janela do segundo andar da Chefatura de Política, está fora de perigo. O seu estado de saúde continua, dia a dia, apresentando melhoras” (Está livre..., 1936, p. 2).

É possível que Aldyr Mentor tenha tentado o suicídio como forma paralela às graves torturas que presumivelmente sofreu. Ainda assim, é importante salientar que muitos agentes da repressão, seja durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945), seja durante a ditadura militar (1964-1985), forjavam suicídio dos presos violentados como forma de não responsabilizarem penalmente por suas mortes.

Após a saída da prisão em 1939, o advogado partiu para Tutóia no Maranhão e depois estabeleceu-se em Fortaleza, no Ceará. Ainda assim, o militante antifascista não se afastou da cena política piauiense e nunca abandonou a sigla do comunismo, candidatando-se em 1945 como deputado federal do Piauí pelo PCB. Segundo dados do TRE-PI, nessa disputa, o parnaibano recebeu cerca de 283 votos, mais que Luís Carlos Prestes que recebeu cerca de 204, o que revela o destaque que o advogado possuía nos círculos comunistas piauienses.

Aldyr Mentor faleceu na capital cearense em 30/09/1978 (SANTOS, 2015a, p. 178). O ex-governador de direita e político piauiense Mão Santa contou em entrevista que o conheceu em seu tempo morando em Fortaleza, e que ele mantinha a defesa pela justiça social (Agência Senado, 2007). Por sua vida, o advogado foi homenageado como nome de uma rua na capital cearense e até alguns anos atrás funcionava na cidade o Instituto Aldyr Mentor, uma ONG que ajudava crianças e adolescentes de classes baixas.

A trajetória de vida de Aldyr Mentor confunde-se com o itinerário da luta social contra o capitalismo no Piauí, na defesa dos trabalhadores e seus direitos, da liberdade, da justiça social e da classe proletária. Ainda há muitas lacunas sobre a vida política de indivíduo que lutou pelo bem de seu estado e seu povo. Que a História possa ser capaz

de lembrar diariamente a sociedade exemplos como Aldyr Mentor, na defesa da justiça social e no combate contra o fascismo que nunca deixou de ser uma ameaça aos brasileiros.

Referências:

Jornais

DR. ALDYR MENTOR. In: *O Combate*, São Luís, ano VI, nº 1575, 23 de maio de 1930, p. 4. Disponível em: [O Combate \(MA\) - 1925 a 1965 - DocReader Web](#). Acesso em: 18 março 2025.

CONDEMNADOS. In. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano III, nº 219, 04 de agosto de 1936, p. 7. Disponível em: [A Offensiva \(RJ\) - 1936 - DocReader Web](#). Acesso em: 05 novembro 2024.

ESTÁ LIVRE DE PERIGO.... In. *Pacotilha*, São Luís, Ano LI, nº 650, 29 de novembro de 1936, p. 2. Disponível em: [Pacotilha \(MA\) - 1910 a 1938 - DocReader Web](#). Acesso em: 05 novembro 2024.

O LEVANTE EXTREMISTA NO PIAUHY. In. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, ano III, nº 747, 29 de outubro de 1937, p. 1. Disponível em: [O Imparcial \(RJ\) - 1935 a 1939 - DocReader Web](#). Acesso em: 05 novembro 2024.

QUER SER UM DICTADOR. In. *Diário da Tarde*, Curitiba, ano XXXV, n 11638, 4 de dezembro de 1933, p. 2. Disponível em: [Diário da Tarde \(PR\) - 1899 a 1983 - DocReader Web](#). Acesso em: 05 novembro 2024.

Sites

AGÊNCIA SENADO. Perseguição política não impediu luta dos comunistas, diz Mão Santa. Disponível em: [Perseguição política não impediu luta dos comunistas, diz Mão Santa — Senado Notícias](#). Acesso em: 05 novembro 2024.

TRE-PI. Resultado de eleições antigas (1945). Disponível em: [Resultados de Eleições Antigas -](#). Acesso em: 05 novembro 2024.

FAMILYSEARCH. Aldy Mentor Couto Melo. Disponível em: [Aldy Mentor Couto Melo \(1907–Falecido\) • Pessoa • Árvore familiar](#). Acesso em: 03 dezembro 2024.

Bibliografia

ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)**. 114 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). In. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 354-388, 2002.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Trabalhadores e trabalhadoras no fio da história das práticas e projetos educativos no Piauí (1856-1937)**. 151 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2008.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A Aliança Nacional Libertadora no Piauí. **Cadernos de Teresina**. Teresina, nº. 6. p. 17-21, 1988.

PANDOLFI, D.. A Aliança Nacional Libertadora e a revolta comunista de 1935. In: SILVA, R. M.; CACHAPUZ, P.; LAMARÃO, S. (org.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004. p. 175-182.

SANTOS, José Maurício Moreira dos. **“UNIÃO, FORÇA E TRABALHO”**: trabalhadores, mutualismo e sindicatos no Piauí (1900-1945). 207 fls. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2015a.

_____. A Aliança Nacional Libertadora no Piauí: antecedentes e impactos dos levantes de novembro de 1935. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, ano I, nº 1, p. 84-90, 2015b.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Comunistas, antifascismo e revolução burguesa no Brasil na conjuntura da Segunda Guerra. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes; SANTOS, José Maurício Moreira dos. **“VELHOS CAMARADAS”**: contribuição inicial à história do Partido Comunista Brasileiro no Piauí (1932-1964). **Anais do XII Encontro Nacional de História Oral**, Teresina, 2014. Disponível em: [XII Encontro Nacional de História Oral - Anais eletrônicos](#). Acesso em: 05 novembro 2024.

3. Feitosa, Amélia (Reginaldo) Nogueira

Mossoró, Brasil, 23/06/1917 – Picos, Brasil, 11/11/1978



Fonte:

https://www.dhnet.org.br/memoria/1935/combaterentes/amelia_reginaldo/index.htm

Autora: Katiana Oliveira dos Santos¹²

Resumo: Este verbete propõe apresentar a personagem Amélia Reginaldo Nogueira Feitosa, que nasceu em 23/06/1917, em Mossoró/RN. Amélia Feitosa cresceu na efervescência e amadurecimento orgânico dos grupos marxistas do Brasil, teve influência de seu pai e de autores com suas leituras. Amélia foi líder estudantil no início dos anos 1930 na Escola Normal de Mossoró/RN e defendia a igualdade e melhoria no ensino, participou da rebelião de Natal em novembro de 1935 e teve atuação destacada na União Feminina do Brasil (UFB), uma organização auxiliar que se inspirava no programa da Aliança Nacional Libertadora e que recebeu apoio do Socorro Vermelho Internacional. Em linhas gerais, as informações sobre organizações antifascistas são fragmentárias, sendo referidas somente nos jornais *A República* e *A Ordem*, ou em documentos do Tribunal de Segurança Nacional. Esta pesquisa foi realizada em fontes bibliográficas, artigos, ensaios, resenhas que se debruçaram sobre a trajetória desta personagem importante para o cenário político do estado na qual residia e para o movimento comunista.

Palavras-chave: Amélia Reginaldo; mulheres; insurreição.

¹² Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). E-mail: katyoliveira75@hotmail.com

Amélia se casou e mudou de nome para Amelia Nogueira Feitosa por causa da perseguição política, passando a ser uma figura de mãe e avó. Participou de momentos beneficentes, mesmo tendo uma vida simples, ficou conhecida pelo seu apreço pela leitura. Em uma enchente ocorrida em 1960, Amélia acabou perdendo sua biblioteca, uma perda tão grande quanto a de seu pai. Desde jovem, foi influenciada pelo pai, Raimundo Reginaldo da Rocha, um divulgador de ideias marxistas-leninistas, dedicando-se a leituras de autores como Marx, Lenin e Jorge Amado, que a inspiraram em sua luta por igualdade social e melhoria da educação.

Amélia destacou-se como líder estudantil na Escola Normal de Mossoró/RN entre os anos 1930-1933 e foi uma figura ativa na insurreição comunista de 1935, filiada à União Feminina do Brasil, que defendia a emancipação das mulheres. Por sua participação no movimento, foi perseguida, condenada a cinco anos de prisão, mas nunca chegou a ser presa, fugindo e vivendo como foragida por três anos, enfrentando condições precárias. Durante seu exílio, perdeu o pai, um momento de grande sofrimento.

Após casar-se com Francisco Alves Feitosa e mudar-se para Picos/PI em abril/1938, levou uma vida discreta, mas continuou sendo reconhecida por sua cultura e pela dedicação à leitura. Embora tenha se afastado da militância, envolveu-se em movimentos benevolentes, ajudando pessoas necessitadas. Amélia faleceu aos 62 anos devido a problemas de saúde por complicações de diabetes e hipertensão. Amélia e suas companheiras foram drasticamente punidas por sua bravura e coragem, tornando-se ausentes na história oficial e no reconhecimento da luta pela redemocratização do país.

No entanto, Amélia Reginaldo deixou um legado de coragem, liderança e luta por justiça social. Sua história é um exemplo da bravura feminina em tempos de opressão e resistência, sendo lembrada como uma figura marcante no contexto das revoluções e movimentos políticos no Brasil. É muito importante destacar a participação das mulheres na insurreição comunista, onde destaca-se Amélia Reginaldo Nogueira Feitosa, uma militante na capital do Rio Grande do Norte. Este movimento marcou a instauração do único governo popular revolucionário no Brasil, que influenciou os levantes em Recife e no Rio de Janeiro.

O elemento tenentista se constituiu como traço comum aos três movimentos ocorridos nos quartéis em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Em que pese a participação

dos comunistas, diz Marly Vianna, “a plataforma do movimento era a dos tenentes, de luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia” (VIANNA, 2003, p. 102). Homero de Oliveira Costa afirma que o levante de 23/11/1935, em Natal, foi articulado, organizado e dirigido pelo PCB, e não pela ANL. O movimento, precipitado na capital potiguar, teria desorganizado a articulação em nível nacional, “provocando o desencadeamento de levantes similares em Pernambuco – Recife, Jaboatão, Olinda e Limoeira – e Rio de Janeiro (unidades militares do Exército)”. Uma das teses centrais do autor é que “havia efetivamente uma preparação para um levante nos quartéis do Exército nas capitais do Nordeste, frustrados com a precipitação do levante de Natal” (COSTA, 2015, p. 11-12).

Iniciada no 21º Batalhão de Caçadores, a rebelião de Natal espalhou-se e atingiu algumas cidades do interior. Após ocupar pontos estratégicos da capital, militares, auxiliados por civis, tomaram o quartel-general da Polícia Militar e prenderam o chefe de polícia. Conforme Dulce Pandolfi, para conduzir o processo revolucionário, instalou-se em Natal um Comitê Popular Revolucionário, cuja direção coube às lideranças comunistas. Porém, no dia 27, tropas do Exército e as polícias dos estados vizinhos acabaram retomando o poder das mãos dos rebeldes (PANDOLFI, 2004, p. 178-179).

Posteriormente, as rebeliões ocorridas em Natal, Recife e Rio de Janeiro “foram violentamente debeladas e provocaram uma onda repressiva sem precedentes”. Diversos aliancistas e comunistas foram presos em todo o país. Muitos, dentre eles, o presidente de honra da ANL Luís Carlos Prestes, permaneceram quase dez anos na prisão (PANDOLFI, 2004, p. 179).

A UFB defendia a emancipação política e social das mulheres, almejando a equidade de gênero. Enquanto dirigente da UFB, Amélia convocou outras mulheres a se engajarem na luta pela causa comunista. Segundo denúncia apresentada por Carlos Gomes de Freitas, procurador criminal da República no estado do Rio Grande do Norte, Amélia, Leonila Felix, Chica Pinote e Chica da Gaveta invadiram o 21º Batalhão de Caçadores, fardadas e portando armas pesadas.

Amélia escreveu uma carta ao seu tio Lauro Reginaldo relatando sua participação no episódio e descrevendo o combate difícil e a tomada do poder pelos revolucionários em Natal/RN. Cabe ressaltar que Amélia foi a única das mulheres que foi condenada a cinco anos de prisão. Porém, a personagem acabou fugindo. Ainda na carta, ela traz à tona todas as dificuldades que passou para escapar dos seus

perseguidores, onde precisou se disfarçar, morou em outras cidades e estados. Foram três duros anos vividos nestas circunstâncias.

A participação de mulheres em movimentos antifascistas é uma demonstração poderosa de resistência e coragem frente à opressão. Historicamente, mulheres têm desempenhado papéis fundamentais em lutas por justiça, liberdade e igualdade, desafiando não apenas sistemas autoritários, mas também as estruturas patriarcais que as tentavam silenciar. Entre essas mulheres está Amélia Reginaldo Nogueira Feitosa, cujo exemplo de liderança e luta inspira gerações até hoje.

Amélia, marcada pela sua formação política em um contexto de intensos movimentos sociais no Brasil, se destacou como uma figura de força e determinação. Sua atuação na insurreição comunista de 1935 e sua filiação à União Feminina do Brasil ilustram sua luta pela emancipação das mulheres e pela construção de uma sociedade mais igualitária. Mesmo enfrentando perseguições políticas, ameaças e o peso de viver como foragida, ela não se curvou diante das adversidades.

A história de Amélia Reginaldo vai além de sua coragem pessoal. Ela se torna um símbolo da luta coletiva das mulheres que desafiaram o fascismo e o autoritarismo. Sua trajetória reflete a persistência em tempos de repressão, a resistência em momentos de fragilidade e a esperança em um futuro de respeito e igualdade.

Atualmente a personagem é uma referência para todas as mulheres que continuam enfrentando desigualdades e discriminações, sejam elas políticas, sociais ou de gênero. Sua vida nos lembra que a luta por igualdade é contínua e que o exemplo de mulheres que não se renderam é uma fonte inesgotável de inspiração para aqueles que ainda acreditam em um mundo mais justo. Sua contribuição histórica não se restringe à sua época; ela ecoa nas batalhas diárias travadas por mulheres ao redor do mundo, que, assim como Amélia, acreditam na força da união, da resistência e da luta por respeito e igualdade.

Referências:

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935**: Natal, o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio, 1995.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935**. Natal: EDUFRN, 2015.

DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos cinquenta. Recife: Líder Gráfica, 1995.

FERREIRA, Brasília Carlos (org.). **Lauro Reginaldo da Rocha – BANGU: memórias de um militante**. Coleção Humanas Letras. Natal: EDUFRN, 1989.

FIRMINO, Jane Cortez. **O voto de saias. A gênese do voto feminino no Rio Grande do Norte através do jornal A República**. Mossoró: Fundação Vint-Un Rosado Coleção Mossoroense, 2003.

FREIRE, Aluizia do Nascimento. **A inserção das mulheres na Câmara Municipal de Natal (1988-2004)**. 2008. 57 fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

FREIRE, Aluizia do Nascimento. Amélia Reginaldo: militante no contexto revolucionário de 1935. **Revista Hominum**, v. 1, p. 104-110, 2021.

OLIVEIRA, Maria Francinete, LIMA, Rita de Lourdes. **Amélia Reginaldo: uma mulher de verdade**. In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

PANDOLFI, Dulce. A Aliança Nacional Libertadora e a revolta comunista de 1935. In: SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo; LAMARÃO, Sérgio (org.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004. p. 175-182.

RODRIGUES, Almira. **Mulheres: movimentos sociais e partidos políticos**. Brasília: CFEMEA, 2001.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes Vianna. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

4. BRUM, Blanca Luz

Pan de Azúcar, Uruguai, 31/05/1905 – Santiago, Chile, 07/08/1985



Fonte: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/62102>

Autora: Nathalia Guimarães e Sousa¹³

Resumo: Blanca Luz Brum nasceu em 31/05/1905 na cidade de Pan de Azúcar, no Uruguai e faleceu em 07/08/1985, em Santiago do Chile. Brum foi poetisa, pintora, periodista, escritora e ativista de esquerda e de direita. Atuou no ambiente cultural e político de diversos países latino-americanos e fez parte de grandes círculos intelectuais. Envolveu-se com o marxismo revolucionário, atuou em periódicos de esquerda, organizou movimentos anti-imperialistas e fez parte do Partido Comunista. Tudo isso, antes de voltar-se, por fim, para a direita. A construção desse verbete foi feita através de pesquisa bibliográfica e em acervos digitais.

Palavras-chave: Blanca Brum; militância; redes de sociabilidade.

Blanca Luz Brum nasceu em 31/05/1905 em uma cidade no Uruguai chamada Pan de Azúcar. Seu pai, Gregorio Brum, saiu de casa quando tinha apenas alguns meses

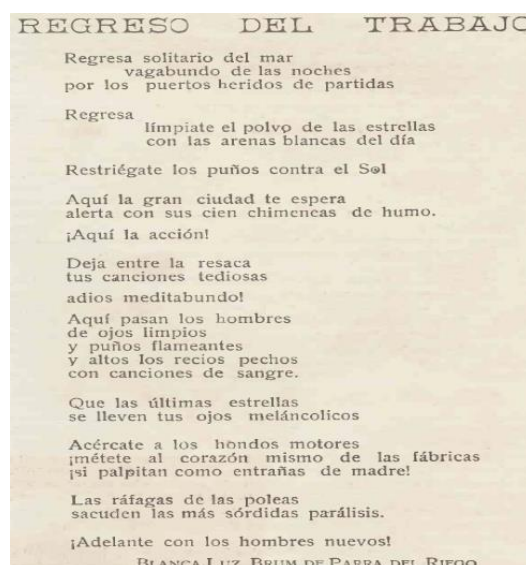
¹³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: nathaliags7@outlook.com

e sua mãe, Clemencia Elizalde, faleceu quando Blanca possuía poucos anos de idade, ficando sob os cuidados de sua tia Filipa. Abandonada pelo pai e órfã de mãe, Brum foi estudar em um convento de irmãs dominicanas em Montevidéu. Lá conheceu o seu primeiro amor, por intermédio do professor Carlos Sabat Ercasty, com o qual se casou em poucos meses: o poeta peruano Juan Parra del Riego (TORRE, 2012).

Com Juan Parra del Riego, Brum teve seu primeiro filho, Eduardo. No entanto, seis dias depois do nascimento do filho, o poeta morre de tuberculose, deixando Blanca Luz Brum viúva, ainda muito jovem. Para que Eduardo pudesse conhecer as suas raízes e origens paternas, Brum viaja para o Peru. É nesse contexto que adentra os círculos intelectuais, artísticos e literários e passa a ter contato com os ideais de esquerda, socialistas e comunistas, que pairavam naqueles anos de 1920, iniciando a sua vida pública, política e artística (GAGO, 2023).

Foi em Lima que publicou uma de suas obras mais conhecidas *Levante* (1926) – de um total de onze obras publicadas entre 1925 e 1972 – assinada com o nome de casada Blanca Luz Brum do Parra del Riego (DÍAZ, s/d). Em Lima passou também a ter contato com um teórico marxista destacado: José Carlos Mariátegui. Criador e responsável pela revista *Amauta*, Mariátegui convidou Brum para colaborar com o periódico e é nele que apresenta seus primeiros poemas. De início, eram mais intimistas, mas, posteriormente, passou a introduzir elementos políticos e sociais em especial, na *Amauta*, apresentava fortes críticas ao imperialismo americano (ALONSO, 2023). Brum, através do contato com os círculos intelectuais de Mariátegui, transformou-se, cada vez mais, em uma defensora radical dos movimentos de esquerda na América Latina, inscrevendo-se no marxismo revolucionário (AMBROSINI, 2024).

Figura 01 – Poema “Regreso del Trabajo”



Fonte: <http://hemeroteca.mariategui.org/index.php/Detail/objects/9>

Depois da experiência na *Amauta*, Blanca Luz Brum cria a sua própria revista – *Guerrilla* – na qual dirigiu e publicou poemas disruptivos voltados para a questão social (SAPRIZA, s/d). Quando a *Amauta* é fechada, Blanca Luz é deportada para o Chile. Foi nesse contexto que Brum se envolveu amorosamente com o jovem César Miró Quesada, de cuja família era dona do influente jornal *El Comercio*. O casal passa por Valparaíso e por Buenos Aires, mas Brum logo abandona Quesada e volta para Montevideo. Entre relacionamentos, viagens, arte e militância, Brum conduz suas ações e seu engajamento político cada vez mais para a esquerda. Nessa direção, Brum se vinculou diretamente com o jornal revolucionário *Justicia*, ligado ao Partido Comunista, ficando responsável pela seção semanal intitulada “Arte para a Revolução” (LÓPEZ, s/d).

Sendo assim,

A Blanca Luz no le resultó difícil convencer a la dirección del diario comunista de publicar una sección semanal a su cargo. ‘El arte por la revolución’ comenzó a fines de 1928 con un manifiesto: ‘No se abre esta página para regocijo de los intelectuales burgueses’, ‘queremos un arte y una literatura proletarios’, ordenaba romper ‘a patadas la torre de marfil’, y abolir ‘todo aquello que tiene existencia y razón burguesas’. La declaración terminaba con la consigna: ‘¡Abajo el arte por el arte! ¡Hay que servir a la Revolución!’ (SAPRIZA, s/d, s/p).

Em 1929, Brum conhece David Alfaro Siqueiros e os dois se apaixonam um pelo outro. Siqueiros foi um muralista mexicano e sua arte revolucionária ia dos

motivos aos procedimentos técnicos utilizados. Com Siqueiros, Brum partiu primeiro para Nova York e depois para o México, onde se casaram (SAPRIZA, s/d). No México, Brum participou de atividades culturais e políticas, ampliando ainda mais a sua rede de sociabilidades. Diego Rivera, Frida Kahlo, Tina Modotti e Sergei Eisenstein eram alguns dos nomes com os quais Blanca Luz Brum passou a ter relações (RAMÍREZ, 2023).

Brum vai colaborar ainda com mais dois periódicos alinhados com uma perspectiva política mais à esquerda: *Aportación*, jornal do sindicato da Confederação dos Trabalhadores Intelectuais, organização da qual Blanca Luz Brum se envolveu diretamente; e *Contra*, revista dirigida por Raúl González Tuñón em que Brum publicava poesias de paixão revolucionária (LÓPEZ, s/d). Seus ideais socialistas e comunistas viajaram pela América. Suas atividades literária, intelectual e política transitaram por Uruguai, Peru, Argentina, Estados Unidos, México e Chile, num constante vai e vem.

Em uma ocasião, em Buenos Aires, Brum conheceu Augusto César Sandino e passou a compartilhar de suas ideias. Para a poetisa, que no fim preferiu as palavras às armas, era necessário formar um exército libertário, ir a Nicarágua juntar-se à guerrilha para combater a presença militar norte-americana na região. Tal posicionamento contribuiu para a expulsão de Brum e Siqueiros do Partido Comunista Mexicano (TORRE, 2012). Foi também em Buenos Aires que Brum conheceu Natalio Botana, diretor do jornal *Crítica*. Os desentendimentos entre Brum e Siqueiros abrem caminho para um novo e rápido romance entre Brum e Botana. A poetisa e ativista revolucionária vai se casar ainda mais duas vezes, com Jorge Augusto Beeche Caldeira, legislador chileno, e Carlos Bronson Gonzáles, gerente da companhia aérea Panagra. Com Caldeira, Brum teve sua filha María Eugenia, e do casamento com Bronson, nasceu Nils (AMBROSINI, 2024).

A vida amorosa, e agitada de Brum rendeu inúmeros comentários e críticas na época. Casar cinco vezes, num contexto em que a separação não era vista com bons olhos pela sociedade, fez com que a vida pessoal de Brum se sobreposse às ideias políticas, à arte e à sua relevância para a história intelectual e revolucionária da América Latina. Sua produção, fortemente marcada pelo testemunho, buscava dar conta da sua condição de mulher, vislumbrando a construção de uma voz própria. Ainda que seus

relacionamentos e sua beleza ganhassem destaque, sua atividade como poetisa, periodista e militante marcaram consideravelmente a sua trajetória (BELEJ, 2014).

Enquanto Brum organizava frentes anti-imperialistas, continuava publicando livros de grande relevância: *Blanca Luz contra la corriente* (1935) e *Cantos de América del Sur* (1939) se destacam. No entanto, uma mudança radical de direção em suas ideias políticas advém de dois acontecimentos, marcando a desilusão de Brum com o comunismo: o pacto germano-russo assinado em 23 de agosto de 1939 e a invasão da Finlândia pela União Soviética, no mesmo ano (GAGO, 2023).

Blanca Luz Brum conheceu, apoiou e atuou na Secretaria de Imprensa de Juan Domingo Perón, além de ter participado ativamente de movimentos dos setores sindicais peronistas. Ajudou o líder nacionalista Guillermo Patricio Kelly a fugir da prisão de Santiago, passou a repudiar o comunismo e se assustou com a ascensão de Salvador Allende e da Unidade Popular. Brum ainda apoiou publicamente o golpe de Augusto Pinochet, sendo condecorada pelo ditador. Passou seus últimos dias isolada no arquipélago Juan Fernandez, ilha conhecida como Robinson Crusoe. Um ano antes de morrer, em 07/08/1985, Brum expõe os quadros que pintou na ilha.

Referências:

ALONSO, Sonia Rico. Blanca Luz Brum, poeta y revolucionaria: sus textos en Amauta (1926-1929). **Lexis**, Lima, n. 47, p. 239-272, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/27044>. Acesso em: 25 novembro 2024.

AMBROSINI, Antonio. Blanca Luz Brum: una vida vertiginosa marcada por el arte y la historia. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/ideas/blanca-luz-brum-una-vida-vertiginosa-marcada-por-el-arte-y-la-historia-nid02032024/>. Acesso em: 12 novembro 2024.

BELEJ, Cecilia. Revolución y escritura: Blanca Luz Brum en las dos orillas del Plata en 1933. **Mora**, Buenos Aires, n. 20, p. 35-46, 2014. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/2331>. Acesso em: 25 novembro 2024.

BRUM, Luz Branca. Amauta N° 2-07: AMAUTA-PUBAJCM-02-07. Disponível em: <http://hemeroteca.mariategui.org/index.php/Detail/entities/14>. Acesso em: 29 novembro 2024.

DÍAZ, Pedro. Blanca Luz Brum. Disponível em: http://www.autoresdeluruguay.uy/biblioteca/Blanca_Luz_Brum/doku.php?id=presentacion. Acesso em: 25 novembro 2024.

GAGO, Soledad. Blanca Luz Brum: la poeta uruguaya que fue comunista, amante de Perón y apoyó la dictadura de Pinochet. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/vida-actual/blanca-luz-brum-la-poeta-uruguaya-que-fue-comunista-amante-de-peron-y-apoyo-la-dictadura-de-pinochet>. Acesso em: 25 novembro 2024.

LÓPEZ, Maria Pía. Blanca Luz Brum: poesia, viagens e política. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120210204507/http://www.desmemoria.8m.com/brum.htm>. Acesso em: 12 novembro 2024.

RAMÍREZ, Verónica. A vida misteriosa e novelística de Blanca Luz Brum. Disponível em: <https://fundacionbbva.pe/opinion/la-misteriosa-y-novelesca-vida-de-blanca-luz-brum/>. Acesso em: 13 novembro 2024.

SAPRIZA, Graciela. Retratos: Blanca Luz Brum. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120707230327/http://www.ilustracionliberal.com/6-7/blanca-luz-brum-graciela-sapriza.html>. Acesso em: 13 novembro 2024.

TORRE, Carlos Páez de la. Amores y militancia de Blanca Luz. Disponível em: <http://www.lagaceta.com.ar/nota/485106/sociedad/amores-militancia-blanca-luz.html>. Acesso em: 28 novembro 2024.

5. DE JILES, Elena Caffarena

Iquique, Chile, 23/03/1903 – Santiago, Chile, 19/07/2003



Fonte: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-75748.html>

Autora: Rayana Cristina Araujo Diniz¹⁴

Resumo: O presente verbete apresenta um pouco da trajetória de Elena Caffarena Morice que nasceu em 1903, em Iquique, no Chile e faleceu em 2003, em Santiago, no Chile. Caffarena foi uma advogada, jurista, feminista e política chilena que lutou pelos direitos das mulheres. Com formação anarquista, foi uma das fundadoras do Movimento Pró-Emancipação das Mulheres do Chile (MEMCh), no qual atuou como secretária-geral entre 1935 e 1940 e prestou serviços jurídicos aos necessitados. Caffarena se destacou pela resistência ao fascismo, que ameaçava os direitos das mulheres e promovia a exclusão delas da política, confinando-as ao lar e à maternidade. O estudo baseou-se em fontes bibliográficas e eletrônicas, incluindo o site da Memória Chilena - Biblioteca Nacional do Chile

Palavras-chave: Elena Caffarena; antifascismo; direitos das mulheres.

¹⁴ Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Graduada em História pela UFMA. E-mail: rayana.diniz@discente.ufm.br

Elena Caffarena Morice nasceu em 23 de março de 1903 em Iquique, uma cidade costeira do norte do Chile, a oeste do deserto de Atacama. Seus pais eram Don Blas Caffarena Chiozza, um imigrante italiano de ascendência genovesa e Ana Morice Benvenuto, uma jovem italiana estudante da Escola Técnica (RODRÍGUEZ PINTO, 2006; POBLETE DE ESPINOSA, 1993). Don Blas Caffarena tinha dezenove anos quando saiu de Dakota, nos Estados Unidos, e partiu para Iquique no Chile. Ao chegar, começou a trabalhar na mercearia de um parente e mais tarde seus pais e irmãos o acompanharam e lá montaram um pequeno armazém que cresceu e prosperou.

Don Blas Caffarena tinha o costume de registrar suas memórias e, em comemoração ao centenário de sua chegada ao Chile, Elena republicou-as, afirmando: “para que las nuevas generaciones Caffarena nunca olviden sus raíces y tomen como ejemplo a un hombre que con esfuerzo, trabajo y tesón fue capaz de superar los contratiempos y calamidades que la vida le deparó” (POBLETE DE ESPINOSA, 1993, p. 14).

Elena teve 6 irmãos, sendo 4 mulheres e 2 homens. Todos fizeram o ensino fundamental e o médio em Iquique. Apesar do ensino deficitário, em virtude da baixa qualificação profissional dos professores e poucos recursos, Elena admirava a professora Uberlinda Aguilar e se encantava pela biblioteca da escola. Nesse espaço pôde ter contato com as obras de Blest Gana, Baldomero Lulo, Fernando Santiván, Rafael Maluenda, Pedro Prado, etc. Assim nasceu seu amor pela leitura (POBLETE DE ESPINOSA, 1993).

Ao fazer 17 anos, Elena e sua família se mudaram para Santiago e lá seu pai fundou uma indústria de tecelagem que o tornou famoso (RODRÍGUEZ PINTO, 2006). Moraram em uma zona vizinha ao bairro Recoleta. As meninas passaram a estudar no liceu nº 4 e Elena cursou o sexto ano de humanidades. Ao completar 20 anos, Elena se tornou um membro bastante ativo da Federação dos Estudantes Chilenos (FECH) oferecendo assistência jurídica gratuita pela Universidade do Chile, onde se formou em Direito em 1926 com uma tese intitulada: “*El trabajo a domicilio, enriquecimiento sin causa a expensas de otro, en el Código Civil Chileno*”. Foi também uma das 15 primeiras mulheres advogadas do Chile (CHILENA, 2018).

Depois de formada, decidiu viajar para a Europa com objetivo de fazer uma pós-graduação. Porém, encantada com a quantidade de museus, bibliotecas e outros espaços de memória e História, decidiu focar em visitá-los. Foi nessa viagem que conheceu a poetisa chilena Gabriela Mistral que se tornou sua amiga pessoal com quem trocava correspondências (CHILENA, 2018).

Ao retornar para o Chile em 1929, Elena se casou com seu amigo, o advogado

comunista e posteriormente senador, Jorge Jiles Pizarro, o “sábio jiles”, com quem teve três filhos: Jorge, Juan e Ana María (*La Estrella*, 2003; CHILENA, 2018; RODRÍGUEZ PINTO, 2006)¹⁵. Rodríguez Pinto (2006) afirma que, embora Elena Caffarena fosse uma mulher muito independente e advinda de uma família de certo prestígio social, o casamento com Jiles e o compartilhamento de espaços como a casa e o escritório marcaram as influências das ideias sociais e políticas do marido sobre ela. Apesar disso, Caffarena nunca fez parte do Partido Comunista e apresentava uma formação anarquista (CHILENA, 2018). Porém, a família Caffarena Jiles gozava de uma vida financeira confortável e pertenciam socialmente à burguesia (RODRÍGUEZ PINTO, 2006).

Elena Caffarena se estabeleceu como uma figura importante do movimento feminista e da esquerda chilena e foi um dos sujeitos históricos mais emblemáticos do século XX no Chile (CHILENA, 2018). Fez da condição jurídica da mulher e das lutas da classe trabalhadora pilares de sua luta política. Na FECH, por exemplo, se faziam reuniões diárias e segundo Olga Poblete (1993) se converteu em um rico centro cultural muito inquieto e ativo. Se discutiam assuntos de toda ordem, principalmente ligados à Política Nacional, ao Anarquismo e à Revolução Russa. No início, as mulheres se limitavam a escutar as discussões e exercerem atividades de organização das salas de reuniões (POBLETE DE ESPINOSA, 1993). Com o tempo elas conquistaram espaço na FECH que lhes dedicou a primeira capa da revista *Claridad* Nº 63 publicada em 1922 e um artigo intitulado “ELLAS” (POBLETE DE ESPINOSA, 1993).

Além disso, Elena sempre se mostrou muito atenta aos movimentos das sufragistas inglesas e de outros movimentos sociais que estivessem pautados sobre a luta feminina. Dessa forma, junto com Olga Poblete e outras mulheres, fundou o Movimento Pró-Emancipação das Mulheres do Chile (MEMCh), em 1935. Ademais, participou, junto da professora e feminista Amanda Labarca, da fundação da Associação de mulheres universitárias em 1931.

Atuou como delegada dessa instituição junto à Federação de Instituições Femininas (FECHIF), lutando nesse momento pelo direito ao voto feminino. Direito que só foi conquistado, nesse país, em 1934 para eleições municipais e estendido em 1949 para eleições parlamentares e presidenciais. Vale destacar que, em 1941, Pedro Aguirre Cerda, já na condição de presidente, apresentou ao Congresso um projeto que concedia plenos direitos políticos às mulheres e este projeto foi redigido por Flor Heredia e Elena Caffarena (RODRÍGUEZ PINTO, 2006).

¹⁵ Depois de casada passou a adotar o nome de Elena Caffarena de Jiles.

No ano de 1949, o presidente Gabriel González Videla concordou em assinar o decreto que concedia plenos direitos políticos às mulheres. No entanto, apesar da clara influência de Caffarena, do MEMCh e de Pedro Aguirre Cerda nessa conquista, Elena Caffera não foi convidada para a cerimônia que celebrou a aprovação do decreto e três dias depois seus direitos civis foram suspensos sob a acusação de ser comunista e instigar a sedição (CHILENA, 2018).

Sobre a identidade do MEMCh, Olivares (2022) afirma que esse movimento se autodefinia como feminista e também como antifascista a partir de seu programa de ação que afirmava: “Lucharemos contra el Fascismo, porque tiende a privar a la mujer de sus más elementales derechos adquiridos, considerándola solamente apta para desempeñar las ocupaciones domésticas” (*La Mujer Nueva*, 8 de novembro de 1935, p. 3 apud OLIVARES, 2022, p. 7).

É possível perceber o antifascismo não apenas no programa ou nos escritos do periódico *La Mujer Nueva* (1935-1941), mas também nas redes de relações estabelecidas entre as integrantes do movimento e membros do Partido Comunista Chileno (PCCh); com as feministas antifascistas da Europa e da América Latina e na vinculação com o comitê mundial de mulheres antifascistas (MEMCh, 2018).

A visibilização desse caráter antifascista, como Olivares (2022) coloca, é essencial para mostrar a mobilização das mulheres na luta antifascista no entreguerras, luta que majoritariamente é investigada a partir da perspectiva Europeia e também das lutas dos partidos comunistas majoritariamente ocupados por homens.

Desse modo, a luta antifascista do MEMCh fica evidenciada nas trocas de correspondências locais, regionais, nacionais e internacionais; nos discursos proferidos e na prática, como as ações para coleta de doações: arrecadação de dinheiro; organização de sorteios; organização de bailes; arrecadação de alimentos e roupas para crianças, mulheres e soldados vítimas da Guerra Civil Espanhola (OLIVARES, 2022).

A própria Elena se dedicou intensivamente à luta antifascista. Um exemplo disso é a troca de correspondências com outros aliados para pedir que o programa do movimento fosse divulgado, como afirma Olivares (2022, p.11): “Un afiche para la propaganda en favor de España. A fin de intensificar la propaganda por el MEMCh podrían Uds., en común con las compañeras de Valdivia, hacer imprimir allá el programa y repartirlo profusamente”.

Como secretária-geral do MEMCh entre 1935 e 1940 e uma das principais lideranças, Elena Caffarena também recebia muitas correspondências de outras figuras como Carmela Aguilera de Rancagua; María Bustos de La Serena; Ana B. de Cortez; Celia Gutiérrez L. de

Chañaral, etc (OLIVARES, 2022).

Além disso, muitas cartas solicitando ajudas em serviços jurídicos chegavam para Caffarena, mostrando a relação protetora que existia entre as MEMCHISTAS, nome dado às integrantes do movimento (NAVARRETE GONZALEZ et al., 2019). Elena incentivava que as mulheres operárias domésticas e demais trabalhadoras fizessem parte de suas respectivas associações sindicais, estimulando-as a promover mudanças radicais internamente (NAVARRETE GONZALEZ et al., 2019).

Caffarena fazia do direito uma ferramenta para promover transformações sociais e, mesmo depois da conquista do voto feminino no Chile, continuou escrevendo livros sobre os fenômenos discriminatórios contra as mulheres, como as obras “*Un capítulo en la historia del feminismo: las sufragistas inglesas*” e “*El recurso de amparo frente a regímenes de emergencia*” que foram motivadas, respectivamente, pelo sufrágio feminino de 1952 no Chile e pela repressão vivida nos governos de Gabriel González Videla e do general Carlos Ibáñez del Campo (RODRÍGUEZ PINTO, 2006; SEPÚLVEDA, 2020; CHILENA, 2018).

Ademais, sob a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), a casa de Elena Caffarena se tornou um espaço de encontro de feministas e dissidentes em geral. Quando a casa foi invadida pelos militares Caffarena, com calma, lhes disse: “olha gente, vou estar no meu quarto e não quero ser incomodada. Recomendo que antes de queimar os livros vocês os leiam” (SANTOS MORALES, 2003, p. 31. apud CHILENA, 2018).

Elena Caffarena de Jiles faleceu em 19 de julho de 2003, aos 100 anos de idade, e em pleno uso de suas faculdades mentais (RODRÍGUEZ PINTO, 2006), e sua memória permanece viva como um símbolo de resistência, dedicação à justiça social e enfrentamento ao fascismo.

Fontes Primárias:

La Estrella (Diario: Iquique, Chile), (21 julio 2003), página A8. Pesar por muerte de Elena Caffarena. Biblioteca Nacional de Chile. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-61873.html>. Acesso em: 07 novembro 2024.

MOVIMIENTO PRO EMANCIPACIÓN DE LAS MUJERES DE CHILE. 1938. **¿Qué es el MEMCh? ¿Qué ha hecho el MEMCh?** Santiago. Memoria Chilena. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/visor/BND:9124>. Acesso em: 05 novembro 2024.

Referências:

CHILENA, Memória. **Feminismo en el Siglo XX-Elena Caffarena (1903-2003)**. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100606.html>. Acesso em: 25 outubro 2024.

NAVARRETE GONZALEZ, C. A.; ESCOBAR-TRUJILLO, M. A.; SALDÍAS ROSSEL, G. A Survey on La Mujer Nueva and the MEMCH letters: alliances and demands in the context of women emancipation in Chile. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 153-164, 2019.

OLIVARES, Valeria Alejandra Olivares. Antifascismo y género en América Latina: el caso del Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres de Chile (MEMCh) entre 1935 y 1939. **Páginas**, Rosário, n. 36, p. 01-22, 2022.

POBLETE DE ESPINOSA, Olga. **Una mujer, Elena Caffarena**. Santiago: Cuarto Propio, 1993.

RODRÍGUEZ PINTO, María Sara. Elena Caffarena de Jiles, jurista. **Revista Chilena de Derecho**, Santiago, v. 33, n. 2, p. 207-214, 2006.

SANTOS MORALES, Olga de los (ed.). Elena Caffarena: un siglo, una mujer. Santiago, Chile. Santiago, Chile. Disponível em: www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-75739.html. Acesso em: 25 outubro 2024.

SEPÚLVEDA, Bárbara. La vigencia de Elena Caffarena y la disputa feminista por el derecho. In: **Elena Caffarena: una mujer pública**. Santiago de Chile: Universitaria, 2020.

6. MORAES, Eneida Villas Boas Costa de

Belém, Brasil, 23/10/1903 – Rio de Janeiro, Brasil, 27/04/1971



Fonte: <https://www.deixafalarmegafone.com.br/post/os-caminhos-de-eneida>

Autora: Júlia Naomí Costa Rodrigues¹⁶

Resumo: A paraense Eneida de Moraes (1903-1971) foi jornalista, escritora, ativista cultural e militante antifascista, filiada ao Partido Comunista Brasileiro (1930), presa pela primeira vez em 1932, num total de onze prisões. Rompeu com os padrões de gênero a sua época atuando na imprensa belenense e carioca. De cunho bibliográfico, o estudo percorre os principais momentos de atuação política da escritora.

Palavras-chave: Eneida de Moraes; militância; antifascismo.

Eneida de Villas Boas Costa de Moraes nasceu em Belém/PA, em 23 de outubro de 1903. Pertencia a uma família de classe média alta, filha da professora Júlia Vilas Boas Costa e do comandante de navio Guilherme Joaquim da Costa (SANTOS, 2022, p. 21). Em 1910, aos sete anos, se inscreveu, em segredo, no concurso da Revista Tico-Tico, o qual venceu, o que fez com que fosse observada, pelos pais, como rebelde. Nesse contexto, foi enviada para o colégio interno Sion, onde permaneceu de 1913 a 1918.

Após a morte da mãe, retornou a Belém em 1918, onde formou-se na Faculdade

¹⁶ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Mestra em Psicologia (PPGPSI/UFMA). Graduada em Hotelaria (DETUH/UFMA). E-mail: julia.ncr@discente.ufma.br

de Odontologia, época em que surgem associações literárias, revistas e jornais, ressurgem a Academia Paraense de Letras e em que se funda a Associação de Imprensa do Pará, dentre as revistas duas se destacavam: *Guajarina* e *A Semana* (SANTOS, 2005, p. 101).

Em 1920, Eneida, que não concordava com a padronização do comportamento feminino, contrariando o pai, ingressou de maneira oficial no jornalismo, atuando em simultâneo como secretária e colaboradora da revista *A Semana* (SANTOS, 2005, p. 101-102). Estreou sob o pseudônimo Miss Fidelidade na revista *A Semana*, atuando também como resenhista literária. (SANTOS, 2005, p. 102). Em 1921, casou-se com Genaro Baima de Moraes, de quem herda o “de Moraes” (OLIVEIRA, 2022, p. 25). A partir de 1926, passou a assinar somente Eneida, começou a colaborar com a *Revista Belém Nova*, e com o jornal *Para Todos*. Atuando na *Belém Nova*, segue o movimento contestatório de cor, fazendo parte do manifesto Flamin-n’-assu (SANTOS, 2005, p. 102).

A experiência adquirida a fez chegar ao jornal *O Estado do Pará*, periódico que fomentava reivindicações populares, no qual passou a escrever crônicas do tipo comentário. Estreou como repórter de eventos culturais, dedicou-se ao direcionamento documental e militante de tom contestatório, estilo que marcará sua atuação pós-1930, em jornais partidários e na chamada grande imprensa. Seus posicionamentos políticos começaram a tomar forma nesta época, quando contestava, em uma crônica, o discurso liberal burguês e feminista das sufragistas, observando que apenas o direito ao voto era insuficiente para estabelecer a igualdade entre os gêneros (SANTOS, 2005, p. 103).

Intercalando o discurso político e o literário, começou a atuar no radiojornalismo, como responsável pela programação de arte da Rádio Clube do Pará a partir de 1929. No entanto, a conquista da inserção na esfera pública comprometia a vida conjugal, que tinha como pontos de ruptura a atuação jornalístico-literária, o projeto pessoal de militância partidária e a luta pela emancipação feminina, que resultaram no fim do já desgastado casamento, pois o que queria era o reconhecimento da igualdade intelectual conquistada (SANTOS, 2007 p. 32).

Iniciou a militância política em 1930, quando fixou residência no Rio de Janeiro e filiou-se ao PCB, passando a estudar o marxismo, concomitantemente aos círculos literários e a panfletagem em ruas e fábricas (SANTOS, 2005, p. 103-104). Mudou-se para São Paulo, sob orientações do PCB, naquele contexto, lugar propício para propaganda e agitação dos trabalhadores. No aparelho em que atuava,

recebeu o pseudônimo NAT, assumindo a recepção e a distribuição de correspondências e a redação de jornais de célula, panfletos e volantes, razão pela qual foi presa em 1932, pela Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS), onde era vigiada e interrogada constantemente (SANTOS, 2005, p. 104). Após quatro meses foi solta, por engano, no meio dos chamados integralistas. Para escapar da perseguição policial, refugiou-se em Jacareí, no interior paulista, de onde, após quatro meses retornou ao Rio de Janeiro por ordem do partido (SANTOS, 2005, p. 104).

As dificuldades dos anos 1933 e 1934 fizeram com que precisasse trabalhar como operária em uma fábrica, ao mesmo tempo que continuava as atividades da militância que antecederam a insurreição de 1935, como o I Congresso de Luta Nacional Contra a Guerra, evento que resultou em manifestações no Teatro João Caetano (RJ), onde, juntamente com membros da União Nacional dos Estudantes (UNE), liderou o julgamento simbólico do líder integralista Plínio Salgado (SANTOS, 2008, p. 73).

Participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL – organização de frente popular antifascista criada em 1935) e das ações da União Feminina do Brasil (UFB), em atividades de estafeta e na redação e distribuição de panfletos e jornais. A UFB, cujas reivindicações a aliavam a órgãos de esquerda, como: ANL, Socorro Vermelho Internacional, e PCB, foi fechada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do decreto nº 246, de 19 de julho de 1935, sob acusação de ser um braço da ANL (STF, 1935).

Fracassada a revolução, foi investigada pela Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, sendo presa em janeiro de 1936, ficando detida no Pavilhão dos Primários¹⁷ em torno de um ano e cinco meses, tendo convivido com outros intelectuais: Sabo Berger, Graciliano Ramos e Olga Benário, de quem foi intérprete (SANTOS; FARES, 2018, p. 276).

Em 1937, foi absolvida pelo Tribunal de Segurança Nacional. Passou a escrever para jornais e revistas da época, além de trabalhar como datilógrafa, tradutora e repórter (OLIVEIRA, 2022). Durante o Estado Novo foi presa 11 vezes e ficou encarcerada até 1946. Passado o período de perseguição política, voltou a escrever colunas nos jornais: *Diário Carioca*, *A Tribuna Popular*, *Novos Rumos*, *O Seminário*, entre outros (OLIVEIRA, 2022, p. 42).

¹⁷ Ficou detida no Pavilhão dos Primários nos anos de 1935, 1936, 1937 e 1938 (SANTOS, 2015).

Mudou-se para Paris em 1949, onde retornou as atividades como jornalista, em periódicos partidários, e nos considerados de grande imprensa: *Momento Feminino*, *Novos Rumos*, *Diário Carioca* e *Diário de Notícias*. Na capital francesa, aproximou-se do meio literário e artístico. Retornou ao Brasil em 1951, como jornalista no *Diário de Notícias* (OLIVEIRA, 2022, p. 42). Em 1959, fez uma longa viagem que realizara pela Rússia, alguns países socialistas e pela China, representando a União Brasileira de Escritores. Entretanto, mesmo viajando o mundo, lhe inquietava a realidade de seu país, que a fez persistir na lutar por justiça social e liberdade (OLIVEIRA, 2022, p. 45).

Diagnosticada com câncer de pulmão, afastou-se de aparições públicas, mas continuou a escrever para o *Diário de Notícias* até fevereiro de 1971. Neste mesmo ano viajou a Belém para fundar o Museu Paraense da Imagem e do Som (OLIVEIRA, 2022, p. 47). Debilitada, insistiu em retornar ao Rio de Janeiro, onde faleceu às 6h30min da manhã do dia 27 de abril de 1971. Seu corpo fora transladado para Belém, respeitando o desejo da mulher, escritora e antifascista Eneida, que deixou dois filhos: Lea, nascida no mesmo ano de fundação do PCB, e Octávio Sérgio (OLIVEIRA, 2022, p. 47-48).

Referências:

ENEIDA. **Eneida depoimento**. Entrevista concedida a Adalício Jurandir, Dalcídio Jurandir e Miécio Tatti em 1967. João Carlos Pereira (organizador). Belém: Unama, 2006. Disponível em: <https://revistacaliban.net/eu-n%C3%A3o-precisava-contar-mais-a-minha-vida-1-20e66e2242f3>. Acesso em: 01 outubro 2024.

MORAIS, Eneida de. **Verbete**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eneida-costa-de-morais> Acesso em: 20 setembro 2024.

OLIVEIRA, Evelim Mendes dos Santos. **A poética de Eneida**: cultura, imaginário e educação na Amazônia. 110 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, 2022.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. Eneida de Moraes: militância e memória. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 9, p. 99-106, 2005.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. Eneida de Moraes: ritos de entrada e de permanência no cenário político e jornalístico literário brasileiro (1920-1970). **Moara**, Belém, n. 27, p. 26-38, 2007.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. Nas tramas da memória: a cronista e militante Eneida de Moraes. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 32, p. 69-76, 2008.

SANTOS, Evelim Mendes dos. Um retrato da memória de Eneida em “Cão da Madrugada”. **Gênero na Amazônia**, Belém, p. 208-217, 2019.

SANTOS, Evelim Mendes dos; FARES, Josebel Akel. Memórias subterrâneas em crônicas de Eneida. **Revista Cenas Educacionais**, Caetité, v. 1, n. 1, p. 271-296, 2018.

SANTOS, Robson Caetano dos. Escudo de Perseu: as estratégias de narrar o trauma nas crônicas de Eneida de Moraes sobre a ditadura de Getúlio Vargas. **Revista Contraponto**, Belo Horizonte, v. 5, n. 7, p. 129-142, 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **União Feminina do Brasil**. Disponível em: <https://supremohistorico.stf.jus.br/index.php/mandado-de-seguran-a-n-127-uni-o-feminina-do-brasil>. Acesso em: 18 outubro 2024.

7. Moreyra, Eugênia Álvaro

Juiz de Fora, Brasil, 06/03/1898 – Rio de Janeiro, Brasil, 16/06/1948



Fonte: Jornal da Associação Brasileira de Imprensa. v. 1, n. 328, abr. 2008. p. 57

Autor: Julio César Braga Gomes de Melo Junior¹⁸

Resumo: Eugênia Álvaro Moreyra (1898-1948) foi uma jornalista, atriz e militante política brasileira conhecida por sua postura pioneira e comprometimento com o modernismo e o comunismo. Primeira mulher a atuar como repórter no Brasil, Eugênia se destacou por reportagens investigativas que revelavam aspectos sociais críticos da época. Ela se casou com Álvaro Moreyra, poeta e intelectual, com quem fundou o grupo Teatro de Brinquedo, que trouxe o espírito modernista ao teatro brasileiro. A partir da década de 1930, ela se aproximou do movimento comunista, integrando-se à Aliança Nacional Libertadora e ao Partido Comunista do Brasil. Sua casa no Rio de Janeiro tornou-se um ponto de encontro para artistas e intelectuais, incluindo Di Cavalcanti e Carlos Drummond de Andrade. Eugênia foi presa em 1935 durante a repressão à Intentona Comunista, dividindo cela com importantes figuras da militância feminina como Olga Benário e Nise da Silveira. Sua trajetória é símbolo de resistência política e inovação cultural no Brasil. As informações foram coletadas a partir de biografias históricas, reportagens jornalísticas e estudos culturais sobre o modernismo e a militância comunista no Brasil.

Palavras-chave: Eugênia Moreyra; modernismo; militância política.

¹⁸ Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). E-mail: julio.cesar.junior16@gmail.com

Juventude e Fase Jornalística

Eugênia Brandão nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1898, em uma família de posição elevada. Era filha do Dr. Armino Gomes Brandão, médico e neto do Barão de Pitangui, e de Maria Antonieta Armond Brandão. Teve uma infância confortável, porém, após o falecimento de seu pai, a família passou a enfrentar dificuldades financeiras. A legislação da época restringia o acesso de Maria Antonieta à herança, pois esta deveria ser administrada pelos filhos homens. Assim, Maria Antonieta e Eugênia mudaram-se para o Rio de Janeiro por volta de 1910 em busca de sustento. Maria Antonieta conseguiu emprego em uma agência dos Correios na região da Lapa, enquanto Eugênia, autodidata, aprendeu a ler e escrever em português e francês utilizando jornais e livros. Seu primeiro trabalho foi como vendedora na loja *Magazin Parc Royal* e, posteriormente, ela trabalhou como atendente na livraria Freitas Bastos, onde despertou seu interesse por literatura e teatro.

Eugênia Brandão não seguiu uma trajetória educacional formal. Com determinação e por conta própria, construiu as bases que moldariam seu futuro. Aos 16 anos, já estava plenamente envolvida na vida boêmia do Rio de Janeiro, com um estilo que incluía ternos, gravatas e cigarrilhas, rompendo padrões da época. Essa postura ousada, aliada à sua habilidade com as palavras, levou-a a buscar uma posição no jornal *A Rua*. Ela foi admitida pela qualidade de sua escrita e pela audácia, recebendo o título de “reportisa” — um termo feminino criado especialmente para sua função, já que era raro ver mulheres atuando como jornalistas. Sua presença nas redações foi considerada revolucionária em uma época em que as mulheres ocupavam papéis mais tradicionais, como os de poetisas e cronistas.

Em um de seus primeiros grandes feitos, Eugênia ingressou no Asilo Bom Pastor para investigar um caso de homicídio que mobilizava a opinião pública. Sob o pretexto de um retiro, ela permaneceu ali para buscar informações sobre o caso, mas, apesar de não obter o que planejava, aproveitou a experiência para escrever uma série de reportagens sobre a rotina de confinamento das internas. A série chamou muita atenção e consolidou sua reputação como a primeira mulher a atuar como repórter no Brasil. Além do *A Rua*, Eugênia também integrou as equipes dos jornais *A Notícia* e *O País*, onde continuou a deixar sua marca no jornalismo brasileiro.

Família, vida política e militância

Eugênia Álvaro Moreyra iniciou sua trajetória política após seu casamento com o poeta Álvaro Moreyra em 1914. Os dois compartilhavam interesses culturais e intelectuais, e Eugênia, devido ao enlace matrimonial, afastou-se temporariamente do jornalismo para se dedicar à família, e também se envolveu mais profundamente na vida cultural e política ao lado do marido. Em 1922, o casal participou da Semana de Arte Moderna, e em 1927 fundaram o grupo Teatro de Brinquedo, cujo objetivo era incorporar as ideias modernistas ao teatro brasileiro. Nos anos que seguiram, eles excursionaram pelo interior e periferias do Rio de Janeiro, divulgando obras modernas de autores europeus e promovendo a cultura.

Após a Revolução de 1930, Eugênia e Álvaro se aproximaram das ideias de esquerda – acaba por tornar-se uma participante ativa da Aliança Nacional Libertadora – ANL –, especialmente influenciados pelo círculo intelectual ao qual pertenciam, que incluía figuras como Pagu e Oswald de Andrade. Em busca de uma sociedade mais justa, filiaram-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o incentivo de Carlos Lacerda. Eugênia também se destacou na luta pelos direitos das mulheres e foi uma das fundadoras da União Feminina do Brasil em 1935, organização ligada ao PCB e formada por mulheres militantes e simpatizantes do partido.

Perseguições e Prisão

Como militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), Eugênia Álvaro Moreyra foi alvo de perseguições durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente após a repressão decorrente da Intentona Comunista de 1935, quando o governo intensificou suas ações contra simpatizantes e membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em novembro daquele ano, ela foi presa sob a acusação de envolvimento com a ANL e a revolta comunista. Detida na Casa de Detenção da rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, permaneceu por cerca de quatro meses encarcerada junto a importantes militantes comunistas, como Olga Benário Prestes, Maria Werneck de Castro, Nise da Silveira, Armanda Álvaro Alberto e Eneida de Moraes. Eugênia foi libertada em fevereiro de 1936, devido à falta de provas concretas.

Após sua liberação, ela voltou ao ativismo e se engajou em várias campanhas, incluindo uma para a libertação de Anita Leocádia, filha de Olga Benário e Luís Carlos

Prestes, nascida enquanto Olga estava deportada em um campo de concentração na Alemanha nazista. Em 1937, Eugênia e Álvaro Moreyra retomaram suas atividades culturais e excursionaram com a Companhia Dramática Brasileira, levando o teatro a outros estados e mantendo a resistência cultural e política, que continuou como uma forma de oposição ao regime e seus valores.

Últimas atuações, morte e legado

Entre 1936 e 1938, Eugênia Álvaro Moreyra presidiu a Casa dos Artistas, sindicato teatral em São Paulo, tornando-se um importante nome na defesa dos direitos da classe artística. Reeleita em 1939, foi impedida de assumir o cargo por pressões políticas e acusações de alinhamento com o comunismo, devido à intervenção de Filinto Müller e ao aval do ministro Valdemar Falcão. Em 1945, buscou uma vaga na Assembleia Constituinte, mas, apesar de sua expressiva atuação, nenhuma mulher foi eleita naquele ano para representar interesses femininos na Constituição de 1946.

Eugênia faleceu em 16/06/1948, aos 50 anos, vítima de um derrame cerebral, rodeada pela família em sua casa no Rio de Janeiro. Foi sepultada no Cemitério de São João Batista, deixando um legado que transcendeu sua época. Em um tributo no Correio da Manhã, Oswald de Andrade destacou sua importância pioneira, afirmando que “o que se deve a ela será calculado um dia”. No entanto, com o tempo, sua notável contribuição à imprensa, política e sindicatos foi ofuscada, sendo apenas ocasionalmente lembrada pelo seu papel inovador.

Após a morte de seu marido Álvaro Moreyra em 1964, um rico acervo de fotos e recortes sobre a trajetória de Eugênia foi encontrado e posteriormente doado à Fundação Casa de Rui Barbosa. Seu legado jornalístico continuou na família, passando pelo filho Sandro, cronista esportivo, pela neta Sandra, repórter da TV Globo, e pela bisneta Cecília, que também escolheu a comunicação como carreira.

Referências:

ALMEIDA, Lara Monique de Oliveira. Eugênia Brandão: a primeira repórter do Brasil. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/EUGENIA%20BRANDaO.pdf>.

ANDRADE, Oswald de. Depoimento sobre Eugênia Álvaro Moreyra. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1948.

ARAÚJO, Heloisa Buarque de. **Imprensa e modernismo no Brasil**: o pioneirismo de Eugênia Álvaro Moreyra. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1995.

GONÇALVES, Augusto de Freitas Lopes. **Dicionário histórico e literário do teatro no Brasil**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.

MOREYRA, Álvaro. **As amargas, não**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

NOGUEIRA, Sonia. **Eugênia Álvaro Moreyra**: biografia. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

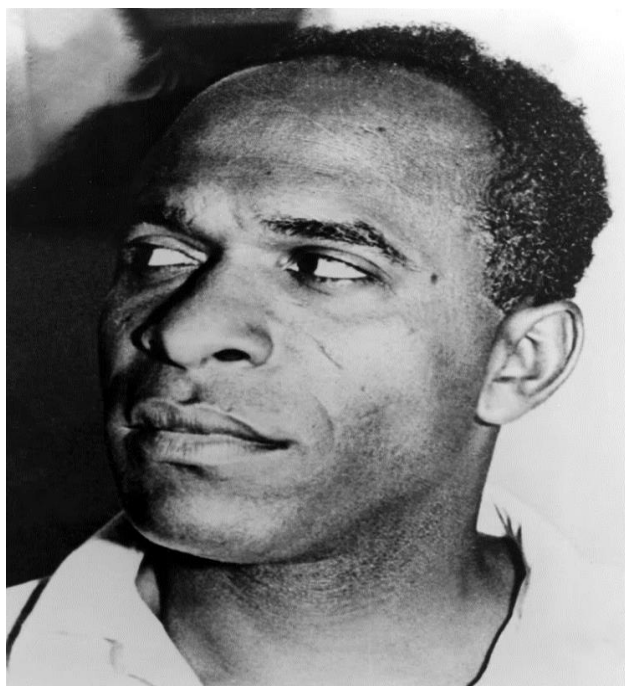
SILVA, Carlos Augusto. **Vanguarda e resistência**: as mulheres no jornalismo político brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREYRA, E. (2024). Inventário de Eugenia Moreyra. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/Inventario_Eugenia_Moreyra.pdf

8. FANON, Frantz Omar

Fort-de-France, Martinica, 20/07/1925 – Washington, Estados Unidos, 06/12/1961



Fonte: CSU ARCHIVES/EVERETT COLLECTION

Autora: Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez¹⁹

Resumo: Frantz Omar Fanon foi um psiquiatra, escritor, militante e intelectual nascido em 20 de julho de 1925 na cidade de Fort-de-France, capital da Martinica, uma colônia francesa localizada no Caribe (até a atualidade, a Martinica ainda não é um país independente, tendo o status de departamento ultramarino insular francês). Fanon ficou amplamente conhecido por suas destacadas contribuições aos movimentos intelectuais e políticos de contestação ao colonialismo na África, que culminaram na onda de descolonização que tomou conta do continente em meados do século XX. Ele participou da Revolução Argelina como médico psiquiatra, militante e um dos intelectuais responsáveis pelo jornal *El Moudjahid*, da Frente de Libertação Nacional. Além disso, pode-se afirmar que ele também foi revolucionário em sua prática como psiquiatra, rejeitando os preceitos racistas da etnopsiquiatria praticada à época e desenvolvendo métodos e conceitos inovadores para o tratamento de seus pacientes no Hospital Blida-Joinville, na Argélia. A trajetória brilhante e intensa de Fanon foi abruptamente abreviada por uma leucemia, que o levou a falecer aos 36 anos de idade, após sobreviver a alguns atentados contra sua vida. As informações que constam neste verbete foram retiradas de algumas das principais biografias sobre o personagem, escritas por leitores e especialistas na obra e vida de Fanon como Lewis Gordon e Deivison Faustino.

¹⁹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha de História Social da Cultura. E-mail: juliascsrodriguez@gmail.com

Palavras-chaves: Frantz Fanon; revolução argelina; intelectuais afro-diaspóricos.

Antes de iniciar a apresentação da trajetória biográfica de Frantz Fanon, penso ser importante fazer um pequeno adendo. Ao apresentar a biografia de um intelectual negro, para além dos cuidados em não incorrer na conhecida “ilusão biográfica” alertada por Pierre Bourdieu – quando os eventos na vida de uma figura histórica são lidos segundo uma lógica ordenada e teleológica –, outra preocupação também deve ser levada em conta. Lewis Gordon, filósofo norte-americano e um dos principais biógrafos de Frantz Fanon, aponta para uma tendência comum de se apresentar as ideias de pensadores negros a partir de sua biografia, como se as violências que atravessaram seus corpos fossem, por elas mesmas, capazes de explicar os rumos tomados ao longo do desenvolvimento de seu pensamento e suas afiliações ideológicas e políticas, algo que não se observa nas biografias de intelectuais brancos e europeus. Gordon propõe a inversão dessa dinâmica: são, na verdade, as ideias de Fanon que explicam sua biografia, e não o contrário. Com efeito, a trajetória de Fanon reflete seu profundo engajamento com a libertação dos povos colonizados até seus últimos dias de vida. Comumente lembrado por sua atuação na Revolução Argelina, destacarei, neste sucinto verbete, um capítulo importante, mas pouco discutivo de sua vida, e que cumpriu um inegável papel em sua futura opção por lutar ao lado dos argelinos: sua participação na Segunda Guerra Mundial, ainda adolescente, lutando contra os fascistas no Exército Francês de Libertação, uma fração antinazista do exército francês.

Fanon nasceu em uma família relativamente bem posicionada na sociedade martinicana: fazia parte da pequena camada média negra composta majoritariamente por funcionários públicos, que tiveram acesso à educação e ostentavam um vasto domínio da língua francesa, símbolo de status à época (em detrimento do *créole*, idioma falado pelas massas antilhanas pauperizadas). Seu pai, Félix Casimir Fanon, era um oficial alfandegário, e sua mãe, Eléanore Médélice, filha de um relacionamento interracial entre uma mãe caribenha e um pai alsaciano, administrava uma loja. A família Fanon era composta ainda por mais sete crianças além de Frantz: no total, quatro garotos e quatro garotas, dentre os quais dois faleceram ainda jovens. Frantz era o menino mais jovem entre seus irmãos.

Graças às boas condições financeiras de sua família, Fanon fez parte do singelo número de 4% de ilhéus que tiveram acesso ao *lycée* (equivalente ao Ensino Médio

naquele contexto), tendo frequentado o Lycée Victor Schœlcher, uma das instituições de ensino básico mais renomadas da Martinica. Lá, ele teve como professor e mentor ninguém menos que Aimé Césaire, outro importante intelectual martinicano, conhecido por sua participação fundamental no movimento da Négritude e por obras clássicas como *Discurso sobre o colonialismo*. É fundamental salientar o radicalismo do pensamento de Césaire que, em sua valorização da raça e da cultura negra, encontrou enorme espanto e rejeição da população negra pequeno-burguesa da Martinica ao retornar de sua temporada de estudos na França. Segundo Gordon, não era incomum, nas colônias francesas, se deparar com pessoas politicamente simpáticas ao comunismo e às ideias de esquerda, mas racialmente conservadoras, ou seja, incapazes de enxergar o ser negro como algo positivo em qualquer âmbito. A posição de Césaire era, portanto, tida como extrema e contra-hegemônica mesmo entre as esquerdas.

Ainda sobre sua educação escolar, Fanon relatava que, na escola, ele e seus colegas eram ensinados que os pais fundadores da Martinica eram os gauleses; não se viam, portanto, como negros, e na hierarquia racial do império colonial francês, se enxergavam acima dos nativos da África ao sul do Saara, referidos de forma genérica e pejorativa como “senegaleses”. Os antilhanos, portanto, se sentiam tão franceses quanto qualquer habitante da França continental. Ele desenvolve essas ideias tanto em sua clássica obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, quanto em um ensaio, *Antilhanos e Africanos*, presente na coletânea *Em defesa da Revolução Africana*. Neste último escrito, Fanon atribui ao desembarque de numerosos militares franceses nas Antilhas na ocasião da tomada da França por Hitler um abalo nesse sistema de crenças raciais martinicano, colocado em cheque pelo racismo que os habitantes da ilha passaram a vivenciar rotineiramente que partia dos franceses. Segundo Gordon, isso dividiu os martinicanos entre aqueles que se sentiram traídos por seus compatriotas europeus, que se aliavam aos nazistas enquanto discriminam os franceses do *outrre-mer*, e outros, dentre eles Fanon, à época, com 15 anos, que ainda assim tomaram para si a tarefa de combater o fascismo. No liceu, ele teve contato com uma vasta literatura iluminista francesa que o inspirou profundamente em sua luta em defesa da liberdade. Foi em nome desse valor que ele se alistou ao Exército Francês da Libertação, havendo dito, segundo relatos de seu irmão Joby, que “cada vez que a liberdade for afetada, quer sejamos brancos, negros, amarelos, ou kakos... Juro a vocês hoje que não importa onde seja, cada vez que a liberdade for ameaçada, eu estarei lá” (*apud* Gordon, 2015, p. 11).

Fanon fugiu para a ilha de Dominica, onde participou de um treinamento de seis meses e depois retornou ao seu país natal, onde foi recrutado para o Battalion 5, uma coalizão de tropas de Guadalupe, Guiana e Martinica. Primeiro, o batalhão foi levado para a Argélia e, já na viagem de navio, ele e seus camaradas caribenhos foram alvo de toda sorte de insultos raciais e humilhações. Até mesmo os franceses habitantes das cidades e vilas que o Batalhão ajudou a libertar demonstraram, ao contrário de gratidão pelos seus serviços, desprezo racialmente motivado. Os heróis de guerra martinicanos retornavam para a ilha em navios de carga, com rações menores e nada da pompa destinada aos soldados europeus após as vitórias.

Após seu retorno, Fanon se aliou ao seu antigo mestre dos tempos de liceu, Aimé Césaire, e trabalhou, juntamente com seu irmão Joby, em sua campanha para as eleições para prefeito de Fort-de-France em 1945, na qual saiu vitorioso pelo Partido Comunista. Devido à sua condição de veterano condecorado da Segunda Guerra, Fanon teve a oportunidade de desfrutar de uma bolsa de estudos na França, para onde foi visando, originalmente, se formar em odontologia em Paris com sua irmã Gabrielle, que pretendia estudar farmácia. Entretanto, ele acabou preferindo estudar psiquiatria forense em Lyon, um campo de estudos que o permitia avaliar seus interesses nas áreas de ciências naturais e humanas.

Durante sua graduação, frequentou palestras de filósofos como Jean Lacroix e Maurice Merleau-Ponty, que o colocaram em contato com a fenomenologia e o existencialismo que ganhavam corpo na França naquele momento. Esse foi um importante ambiente de fermentação para as ideias de Fanon, uma vez que seus estudos em filosofia e nas humanidades, bem como seu crescente engajamento político (apoio a greves de operários em fábricas de Lyon), o levaram a contestar os limites biologicistas da psiquiatria e a propor um entendimento das neuroses a partir de fatores sociais e psicológicos. Durante esse período, ele também escreveu três peças de teatro, que não foram publicadas após sua morte, em respeito ao seu pedido. Além disso, viveu importantes momentos em sua vida pessoal: seu pai faleceu em 1947 e teve uma filha, Mireille (atualmente, presidente da Fundação Frantz Fanon), em 1948, após um caso com uma colega russa judia de um curso de filosofia que frequentavam. Fanon acabou se casando em 1952 com Marie-Josèphe Dublé (mais conhecida como Josie Fanon), com quem teve um filho, Olivier, nascido três anos depois na Argélia. Apesar de pouco mencionada, Josie Fanon era quem datilografava as ideias de Fanon,

além de, sem dúvidas, ter contribuído para suas elaborações teóricas no processo de escuta e transcrição de suas palavras.

Em Lyon, Fanon publicou alguns ensaios, dentre eles *La plainte du Noir: L'expérience vécu du Noir*, que já traz, segundo Faustino (2015, p. 45), uma das principais marcas da obra fanoniana: a junção original e eclética de saberes diversos, como a psicanálise, a psiquiatria, a fenomenologia e a sociologia. Uma de suas obras mais célebres, *Peles Negras, Máscaras Brancas*, também foi publicada nesse período, a partir de uma versão para seu trabalho de conclusão de curso de psiquiatria forense que fora rejeitada por seu orientador, por seu estilo demasiado literário e suas perspectivas sobre o papel do colonialismo no surgimento de certas questões psíquicas, que iam contra a psiquiatria biologizante em voga na época. Após ser aprovado com distinção nos exames do *Le Médicat des Hôpitaux Psychiatriques*, algo que o possibilitaria se tornar médico de chefe de grandes instituições psiquiátricas francesas, Fanon opta por se tornar *chef de service* do hospital de Blida-Joinville, na Argélia, recusando a possibilidade de tornar-se um médico pequeno burguês em uma cidade francesa e seguir uma vida confortável.

Este próximo capítulo da vida de Fanon é bem mais conhecido: ele se tornou militante e intelectual da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), além de autor de algumas das principais obras que viriam a influenciar os estudos pós-coloniais e o pensamento negro dos séculos XX e XXI, até padecer de uma leucemia aos 36 anos, em um hospital de Washington. Embora a Martinica e o Caribe nem sempre sejam associados ao espaço geográfico e histórico da América Latina, acredito que incluir Frantz Fanon neste dicionário é uma forma de diversificar o modo com que encaramos o continente, frisando as similaridades entre os países que o compõem, e em especial a difícil herança da escravidão e do colonialismo, comum a todos eles. Além disso, a trajetória de Fanon é um exemplo paradigmático da força propulsora que a experiência da luta antifascista nas décadas de 1930 e 1940 teve no movimento de descolonização da África décadas depois.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. vol. 62-63, p. 69-72, 1986.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon

e os fanonismos no Brasil. 260 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2015.

_____. **Frantz Fanon**: um revolucionário, particularmente negro. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018. 144 p.

GORDON, Lewis R. **What Fanon said**: a philosophical introduction to his life and thought. A Fordham University Press Publication, 2015.

9. CERRUTI, Isabel Bertolucci

São Paulo, Brasil, 19/08/1886 – São Paulo, Brasil, 01/05/1970



Fonte: <https://ithanarquista.wordpress.com/grandes-classicos-grandes-obras-curso-online/>

Autora: Luciana Soares Santos²⁰

Resumo: Isabel Bertolucci Cerruti nasceu em 19 de agosto de 1886 e faleceu em 01 de maio de 1970, em São Paulo, SP. Atuou como costureira, professora de piano, secretária, redatora e propagandista. Participou intensamente da militância anarquista e antifascista entre os anos 1910 e 1930, escrevendo artigos em periódicos e proferindo conferências a convite de sindicatos e instituições como o Comitê Feminino de Educação, a FOSP e a Lega Lombarda. Participou da idealização, fundação e/ou administração de associações libertárias e mutualistas de educação, emancipação e profissionalização, como o Centro Feminino Jovens Idealistas; o Centro Feminino de Educação; a Associação Promotora de Instrução e Trabalhos para Cegos (APITC); o Centro de Cultura Social de São Paulo; o Ateneu de Estudos Científicos e Sociais e a Associação Paulista de Homeopatia. O presente verbete baseou-se principalmente na pesquisa biográfica sobre a autora realizada por Daniela Fernanda de Almeida, referenciada nas seguintes fontes primárias: duas fichas policiais de Isabel Cerruti organizadas pelo DEOPS; fotografias dos arquivos e relatos sobre a família Bertolucci,

²⁰ Mestra em Biodiversidade e Conservação/UFMA. Técnica em Assuntos Educacionais/UFMA. E-mail: luciana.ss@ufma.br

cedidas por seu sobrinho-neto, Hélio Bertolucci Jr.; cartas da própria personagem; certidões de seu batismo, seu casamento e de seus pais, e seu óbito; e artigos assinados por ela nos periódicos paulistanos *A Lanterna*, *A Plebe*, *A Obra* e *La Difesa*. Dados biográficos foram complementados pelas pesquisas de Rodrigo Rosa da Silva e Ana Cláudia Ribas. Referências sobre o periódico *A Plebe* foram fornecidas por Ana Cláudia Ribas.

Palavras-chave: Isabel Cerruti; imprensa libertária; mulheres anarquistas.

A partir da segunda metade do século XIX, o incentivo à imigração de mão-de-obra europeia, ligado à urbanização e industrialização do país, concentradas no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, desencadeou um novo momento socioeconômico, com a formação de uma classe operária industrial, composta por significativa parcela de imigrantes e seus descendentes (Ribas, 2015). Enfrentando jornadas extenuantes de trabalho, baixos salários e condições precárias de vida, o operariado imigrante, principalmente de origem italiana, mantinha-se unido por laços de origem e cultura, inclusive política, difundindo entre si as tendências ideológicas europeias socialistas – dentre elas o anarquismo²¹ – ou fascistas, e organizando-se em associações de bairros, grupos operários e sindicatos (ALMEIDA, 2019; RIBAS, 2015).

Isabel Bertolucci Cerruti nasceu em São Paulo/SP, a 19/08/1886²² (Hélio Bertolucci Jr. *apud* SILVA, 2018), primeira filha de Maria Ferreira da Silva, de origem brasileira²³, e Luigi Bertolucci, italiano filho de camponeses (ALMEIDA, 2019; SILVA, 2018). Nascido em Capannori, na província de Lucca²⁴, Toscana, Luigi imigrou para o Brasil em 28/12/1878, aos 18 anos. Maria e Luigi casaram-se em 25/09/1885, na Paróquia Bom Jesus do Brás²⁵. Em sua certidão de casamento consta que ambos eram “empregados do serviço doméstico” (ALMEIDA, 2019).

²¹ Um dos motivos da imigração desde a Itália foi a repressão dos governos do primeiro-ministro Crispi e seu partido, em 1892-1894 e 1898, a militantes anarquistas, socialistas e republicanos (BIONDI, Luigi. **Classe e Nação:** trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp, 2011. p.115. *apud* Almeida, 2019).

²² Hélio Bertolucci Jr. é sobrinho-neto de Isabel Bertolucci Cerruti e desenvolve pesquisa genealógica na página: <https://familiabertolucci.blogspot.com/>, tendo colaborado com as pesquisas de Almeida (2019) e Silva (2018).

²³ O avô materno de Isabel foi o soldado Joaquim Ferreira da Silva, conforme seu artigo BERTOLUCCI, Isabel Ferreira. “E’co da revolução”. *A Plebe*, São Paulo, p. 2, 03 dez.1932, *apud* Almeida (2019) e Silva (2018).

²⁴ Documento oficial IL Sindaco del comune di Capannori, de 29/08/1915, pesquisado por Almeida (2019).

²⁵ Certidão de casamento pesquisada por Almeida (2019): ACMSP, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. livro de casamento do Bom Jesus do Braz, cota: 3-2-49, p.8V.

Possivelmente moradores do Brás, principal bairro operário da época, após a primogênita Isabel, Maria e Luigi tiveram mais oito filhos²⁶: Paulo (falecido com alguns meses de vida), Antonio, João, Elisa, Luíz Filho, Mário, Olga e Yolanda. Em fevereiro de 1902, Luigi foi admitido na empresa *The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited*, trabalhando como motoneiro até sua aposentadoria, no contexto da implantação de bondes elétricos em São Paulo, cargo que permitia o contato direto com a efervescência cultural e ideológica da vida urbana (SANTOS, 2010 *apud* ALMEIDA, 2019).

Crescida na vulnerabilidade socioeconômica de uma família operária, batizada em 10 de outubro de 1886²⁷ na Paróquia Bom Jesus do Brás, e tendo sido “educada na religião católica”²⁸, Isabel buscou expandir seus conhecimentos, detendo-se sobre o socialismo e adotando o anarquismo. Seu primeiro ofício foi o de costureira, no qual atuou por muito tempo²⁹, não sendo possível identificar se trabalhava a partir de casa³⁰ ou no “chão de fábrica” (ALMEIDA, 2019). Segundo familiares, ela também atuou como professora de piano (2018). Ribas (2015) indica que sua virada ideológica para o anarquismo se iniciou entre os 17 e 20 anos, quando aderiu à leitura do jornal anarquista *A Lanterna*³¹, focado na crítica anticlerical, enviado a ela semanalmente pelo seu então noivo, Américo Cerruti.

Conforme Almeida (2019), Américo nasceu em São Paulo, filho de italianos imigrantes da região de Cremona, província socialista pioneira. Músico e perfumista, era sócio de uma botica junto de seus irmãos João e Giuseppe Cerruti, este último um importante militante socialista, fundador do Partido Socialista Brasileiro, redator e secretário do jornal socialista e antifascista *La Difesa*. Isabel e Américo casaram-se em 26 de setembro de 1908³².

²⁶ Conforme depoimentos e fotografias cedidas a Almeida (2019) e Silva (2018) por Hélio Bertolucci Jr.

²⁷ Certidão de batismo pesquisada por Almeida (2019): ACMSP, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. livro de batismo do Bom Jesus do Braz, cota: 5-3-13, p.8V.

²⁸ RUTI, Isa. Não há religião superior à verdade. **A Plebe**, São Paulo, p. 2, 23 jun. 1934.

²⁹ Conforme declarado por ela em CERRUTI, I. Carta aberta. **A Plebe**, São Paulo, p. 4, 08 dez. 1934, *apud* Almeida (2019).

³⁰ Segundo Rago (2000, p. 581), milhares de mulheres à época costuravam de casa, contratadas por tarefas pelo setor de confecção.

³¹ Fundado por Benjamim Mota, e publicado em três períodos: de 1901 a 1904, dirigido por seu fundador; e de 1909 a 1916, e entre 1933 e 1935, sob direção de Edgard Leuenroth (RIBAS, 2015).

³² ACMSP, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. livro de casamento do Bom Jesus do Braz, cota: 3-3-15, p.129 e 129V, *apud* Almeida (2019).

A cultura anarquista da época tinha por tendência rejeitar organizações monolíticas e hierarquizadas, como os partidos políticos. Conforme Ribas (2015, p. 24-25):

(...) atuando especialmente na organização dos primeiros movimentos operários brasileiros, como a Federação Operária de São Paulo (FOSP), em 1905, o 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906, e as greves em 1907, 1917, 1918 e 1919, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a cultura anarquista atuou enfaticamente junto às organizações sindicais, lançando mão de um valioso instrumento como auxiliar para a sua propaganda política, aproximando-se, desta forma, dos movimentos operários: a imprensa libertária.

Isabel tornou-se importante colaboradora de diversos destes jornais a partir de 1911, com pouco mais de 20 anos, quando publicou a carta de crítica anticlerical, “Pela Cidade”, bem como outros artigos em *A Lanterna* (SILVA, 2018).

Em 1917, ante o cenário de intensificação da “carestia de vida” pelos impactos da Primeira Grande Guerra, o movimento operário deflagrou greves gerais de orientação anarquista em São Paulo e Rio de Janeiro (RIBAS, 2015). Em São Paulo, *A Lanterna* foi substituída pelo jornal *A Plebe*, de cunho mais marcadamente anarquista. Idealizada por Edgard Leuenroth e circulando com alguns hiatos – devido à repressão policial e consequentes problemas financeiros – *A Plebe* perdurou até 1951, com o apoio de outros grupos libertários, como o Centro de Cultura Social de São Paulo e o Centro Libertário Terra Livre, alimentando laços com a militância internacional (RIBAS, 2015) e dando voz a libertários e libertárias como Astrojildo Pereira, Everardo Dias, Florentino de Carvalho, José Oiticica, Neno Vasco, Ricardo Reis, Roberto Feijó, a menina Alba Moscalega, Bruna Varini, Carmem Silva, Elvira Boni, Erna Gonçalves, Helena Ribas, Ida Fontes, Isabel Cerruti, Josefina Parrilo, Luce Fabbri, Maria Antonia Soares, Maria Lacerda de Moura, Noedúl, Ondina Fernandes, Sonia Martins, Thereza Escobar, Valeska Maria, entre outros e outras (ALMEIDA, 2019; RIBAS, 2015). *A Plebe* incentivava o amplo debate em torno da “questão feminina” em suas edições, apoiando as ações do Centro Feminino “Jovens Idealistas”, fundado em 1917, que promovia ações diretas, cursos de alfabetização e profissionalização para mulheres operárias (RIBAS, 2015).

Inspirada por um artigo assinado pela militante anarquista Maria Antônia Soares, Isabel Cerruti enviou seus primeiros artigos a este jornal, escritos em parceria com seu marido, Américo Cerruti, após os quais continuou longa colaboração independente

(RIBAS, 2015). Almeida (2019), utilizando-se de um recorte de tempo até 1940, identificou a atuação de Isabel nos seguintes jornais: i. *A Lanterna* (de 1911 a 1916); ii. *A Plebe* (de 1917 a 1935, utilizando principalmente o pseudônimo Isa Ruti, para fugir à repressão policial); iii. *A Obra* (1920, dentre os quais, um artigo sobre a escravidão no Brasil, assinado como Isabel Silva, pseudônimo ligado ao sobrenome materno, fortalecendo suas raízes brasileiras); iv. *La Difesa* (1924 a 1932, assinando o primeiro artigo como Walkyria); v. *Correio Paulistano* (1938); e vi. *Revista da Associação Paulista de Homeopatia – APH* (1938 e 1939). Silva (2018) observa não terem sido encontrados registros de atividades de Isabel entre 1947 e 1962, identificando sua participação posterior no periódico *O Libertário*, com a série de notas “Pingos D’Água”, publicada entre junho/julho de 1963 e fevereiro/março de 1964, e uma menção a Isabel na seção “Nosso Correio” do jornal *Dealbar*, edição de junho de 1967, perguntando sobre sua saúde.

Ao contrário da ampla participação de mulheres nos jornais libertários, Isabel parece ter sido a única colaboradora do jornal *La Difesa*, assinando uma coluna própria, *La tribuna della donna* (*La Difesa*, 19 fev. 1932, p. 3), onde aprofundou questões sociais relevantes para anarquistas e socialistas. Sem explicitar o discurso anarquista, ela defendia a organização popular em torno dos sindicatos operários, divergindo da orientação partidária de seus editores (Almeida, 2019). O pluralismo de sua militância também é apontado por Silva (2018): notas de sua participação em reuniões da Aliança Libertadora Nacional (ALN); uma carta saudando o comunista Octávio Brandão por seu retorno ao Brasil em 1946; fotos e recortes de jornais de seu acervo familiar sobre Luiz Carlos Prestes e sua filha Leocádia. Almeida (2019) observa ainda que, em 1933, em uma reunião da Società Italiana di Mutuo Soccorso Lega Lombarda em São Paulo, ela prestou homenagem a um comunista acidentado em um protesto, e, em 1934 foi convidada por amigos ex-anarquistas a filiar-se ao Partido Comunista, recusando-se por não aceitar a orientação política russa.

Silva (2018) chama a atenção para a censura sobre a imprensa libertária após o golpe getulista de 1937, contexto em que a militância anarquista ampliou sua atuação estratégica em entidades de caráter associativo, social e educacional, fortalecendo a cultura libertária por ações cotidianas. É sob essas circunstâncias que ocorre a participação de Isabel no *Correio Paulistano*, defendendo a homeopatia na coluna “Crônica Homeopática”, do Dr. Alfredo Di Vernieri, fundador da Associação Paulista

de Homeopatia (APH), e inicia-se sua colaboração com esta entidade, a partir de 1938, atuando como Diretora-secretária e como redatora da Revista da APH (ALMEIDA, 2019; SILVA, 2018).

Isabel participou da idealização, fundação e/ou administração das seguintes entidades de educação, emancipação e profissionalização: i. Centro Feminino Jovens Idealistas, com Emma Mennocchi, Maria Antônia Soares e Rosa Musitano, criada em 1917; ii. Centro Feminino de Educação, criada em 1922, junto das irmãs Maria Antônia Soares e Maria Angelina Soares, irmãs Alles, Victoria Guerrero e Olga Tornasini; iii. Associação Promotora de Instrução e Trabalhos para Cegos (APITC), criada em 1927, junto de Mamede Freire, José Gavronski, diretor da Liga Anticlerical de São Paulo, e João Penteado, fundador e diretor da Escola Moderna nº 1 de São Paulo. Nesta instituição ficou conhecida por “advogada dos cegos paulistas”, onde fundou ainda, em 1931, junto de Elvira Gawronski, Brasília Trigo Barrocas e Martha Stafen, a Legião Feminina em prol da mulher cega; iv. Centro de Cultura Social de São Paulo, criada em 1933; v. Ateneu de Estudos Científicos e Sociais, criada em 1934 e vi. Associação Paulista de Homeopatia, criada em 1936 (ALMEIDA, 2019; SILVA, 2018).

Ela também atuou intensamente como propagandista e conferencista em assembleias, comícios, reuniões políticas, eventos e festivais a convite de sindicatos e instituições como o Comitê Feminino de Educação em São Paulo, a FOSP e a Lega Lombarda (ALMEIDA, 2019).

Assim como outros libertários, foi vigiada e perseguida pela polícia como “subversiva”, tendo sido fichada criminalmente em dois prontuários do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). Embora Edgar Rodrigues (1997, p. 211) tenha relatado que ela chegou a ser presa, não há registros de sua prisão nos prontuários do DEOPS, pesquisados por Almeida (2019), que reúnem os dados de sua investigação e vigilância ao longo dos anos de 1920 e 1933.

Isabel Bertolucci faleceu em função de hipertensão maligna e insuficiência cardíaca, na significativa data de 01/05/1970³³. Sua perspectiva anarquista era pluralista, coletivista, classista e revolucionária, fortemente anticlerical, material e identificada com a ação sindical. Sua propaganda apresentava forte leitura da realidade, versando sobre temas do “trabalho, saúde, educação, moral, religião, emancipação feminina,

³³ Certidão de Óbito do Registro Civil das Pessoas Naturais de Indianópolis, de 25 de outubro de 2017 (Almeida, 2019).

cultura, arte, política, violência, exploração, guerra, costumes, desigualdade, consumo, sindicalismo, anarquismo” (SILVA, 2018, p. 50), alinhando-se à proposição anarquista de “novas formas de relacionamento com os corpos, as sexualidades, o amor e a moral (...), como caminhos possíveis rumo à almejada utopia” (RIBAS, 2015, p. 14), por meio da ação direta e da organização militante cotidiana.

Referências:

ALMEIDA, Daniela Fernanda de. **Isabel Bertolucci Cerruti**: trajetória de uma militante política em São Paulo (1910-1937). 146 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 578-606.

RIBAS, Ana Claudia. **Sexualidades d'A Plebe**: sexualidade, amor e moral nos discursos anarquistas do jornal A Plebe (1917-1951). 290 fls. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2015.

RODRIGUES, Edgar. **Os companheiros 4**. Florianópolis: Insular, 1997.

SANTOS, João Marcelo. Os operários dos bondes elétricos: trabalho, violência e estigmatização. **Revista Mundos do Trabalho**, São Paulo, n. 3, p. 99-123, 2010.

SILVA, Rodrigo Rosa da. **O triunfo da anarquia e outros escritos**: Isabel Cerruti. São Paulo: Terra Livre, 2019.

10. ROUMAIN, Jacques

Porto Príncipe, Haiti, 04/06/1907 – Porto Príncipe, Haiti, 18/08/1944



Fonte: Photo (prise vers 1942) des archives CIDIHCA, D.R - <https://ile-en-ile.org/roumain/>

Autora: Loudmia Amicia Pierre Louis³⁴

Resumo: Dentre as importantes personagens da nossa América que as várias formas de violência estatal grandemente inquietaram e contra as quais se posicionaram, seja pela luta armada, atuação política e ou pela arte, está Jacques Roumain. Filho de uma família da burguesia haitiana, Jacques Roumain nasceu em Porto Príncipe em 4 de junho de 1907, anos antes da ocupação militar estadunidense no país. Foi poeta da causa negra, importante intelectual, homem político, comunista e antifascista. Participou da criação do movimento *Indigène*, da criação do Partido Comunista Haitiano e se opôs abertamente ao imperialismo dos Estados Unidos no Caribe e a favor da liberdade, igualdade e democracia. É esse homem, cuja vida foi demasiada efêmera, que, com auxílio de levantamento e análise bibliográfica, será apresentado nesse texto.

Palavras-chave: Jacques Roumain; Haiti - Caribe; antifascismo.

³⁴ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). E-mail: loudmia09@gmail.com

Não tenho outra opção a não ser ser um comunista, um antifascista. Entre mil outras razões, porque sou negro; porque o fascismo condena minha raça a toda indignidade.

Jacques Roumain³⁵

Dentre as figuras mais emblemáticas haitianas do século XX, Jacque Roumain é, sem dúvida, um dos mais conhecidos e um dos mais importantes. Contudo, ele é mais apreciado pelo seu legado literário, tanto em âmbito nacional como internacional³⁶. De fato, foi um dos mais brilhantes escritores haitianos de seu tempo, e sua escrita reflete sua atuação como intelectual, homem político comunista e antifascista.

Jacques Roumain nasceu em 4 de junho de 1907 em Porto Príncipe, capital do Haiti, numa família mestiça da burguesia. Filho mais velho de Auguste Roumain, latifundiário, e Émilie Auguste, filha de Joseph Antoine Tancrède Auguste, importante comerciante que foi ministro do Interior e Presidente da República entre 1912-1913. Com seus dez irmãos, morou no Bois-Verna, na época, bairro de elite, frequentou o colégio congreganista Saint-Louis de Gonzague durante o ensino fundamental. Para completar sua formação, entre 1921 e 1927 esteve na Suíça no Instituto Grünuau, em Berna, depois na escola politécnica de Zurich além de ter passado pela França, Inglaterra e Alemanha. Como seus irmãos Pierre, Jean e Raymond e visto os negócios da família, deveria se formar em agronomia e, para tanto, foi para Espanha, mas não concluiu os estudos. Foi durante sua passagem pela Europa que se entusiasmou pelo comunismo e o marxismo que marcariam sua atuação política e cultural em seu retorno ao Haiti aos 20 anos.

Em 1927, no Haiti, em plena ocupação militar estadunidense (1915-1934), Jacques Roumain teve uma atuação ativa em vários jornais e criou com outras importantes figuras haitianas a *Revue Indigène*. Essa revista seria o principal meio de socialização e difusão dos ideários do Movimento Indigenista Haitiano idealizado por Jean Price-Mars, considerado por Léopold Sédar Senghor o pai do movimento da

³⁵ *Je ne puis faire autrement que d'être un communiste, un antifasciste. Entre mille autres raisons, parce que je suis Nègre; parce que le fascisme condamne ma race à toutes les indignités.* Discurso de Jacques Roumain em 1937 em Paris na ocasião do *Congrès des écrivains pour la défense de la culture* realizada por iniciativa de intelectuais antifascistas defensores da causa republicana espanhola. Cf. HOFFMANN; ROUMAINS, 2014.

³⁶ Uma lista das publicações do autor pode ser acessada em: HOFFMANN, L-F. Bibliographie de Jacques Roumain par genres. *Île en île*. 15, nov. 2020. Disponível em: <https://ile-en-ile.org/bibliographie-de-jacques-roumain-par-genres/>. Acesso em 05 out. 2024.

Negritude. O foco essencial era livrar o Haiti de sua alienação colonial, repensando a identidade e cultura nacional, valorizando, sobretudo, as heranças africanas e se opondo à ocupação estadunidense, além de fazer críticas severas à burguesia nacional, tão violenta quanto o imperialismo estadunidense.

Por seus posicionamentos abertos contra a ocupação estadunidense e o governo ditatorial de Louis Borno, seria em 1928 preso com outros companheiros e condenado a um ano de prisão e multado em 5.000 *gourdes* por “delito de imprensa e insultos ao presidente da República”. Foi liberado, porém, depois de 6 meses. Mas, uma vez em liberdade, retoma suas atividades na imprensa e foi novamente encarcerado em outubro de 1929, desta vez com Victor Cauvin e Antoine Pierre-Paul por violar a lei sobre associações de vinte ou mais pessoas. Eles haviam fundado a *Ligue de la Jeunesse Patriote Haïtienne*, uma associação de jovens com objetivos políticos, da qual Roumain era presidente. Ele foi no ano seguinte secretário das *Associations Politiques et Patriotiques* que se juntaram em torno do *Comité Fédératif des Groupements Patriotiques d'Haïti*.

Com a queda do presidente Borno em junho de 1930 e o governo interino de Eugène Roy, Jacques Roumain foi nomeado chefe de divisão do Ministério do Interior, uma tentativa para controlar seus movimentos, como analisam alguns estudiosos. Contudo, meses depois ele renunciou devido à divergência de posicionamento e para promover a candidatura de Sténio Vincent à presidência, importante figura da resistência contra a ocupação estadunidense. Com a vitória desse último, foi, novamente, em fevereiro de 1931, nomeado chefe de divisão do Ministério do Interior. Entretanto, o governo logo se revelou extremamente autoritário e Roumain passou a ser vigiado e investigado pelo Procurador da República no contexto de movimentos subversivos. E, com receio de ser perseguido por conspiração comunista, entrou na clandestinidade, mas, meses depois, se entregou à polícia. Foi então encarcerado em 9 de fevereiro de 1933 com Max Hudicourt, companheiro que igualmente foi acusado de conspiração, mas foram liberados dias depois de iniciarem uma greve de fome no mesmo mês.

Em 1934, Jacques Roumain fundou o Partido Comunista Haitiano (PCH) do qual foi Secretário Geral. Escreveu junto com Christian Beaulieu e Étienne Charlier *Analyse Schématique 1932-1934*, um ensaio político-social de três artigos: *Écroulement du mythe nationaliste*; *Préjugé de couleur et lutte des classes*; *Critique du manifeste de*

la réaction démocratique. Considerado o primeiro escrito propriamente marxista no Haiti, fundamenta e acompanha o processo de fundação do PCH e analisa a sociedade, enfatizando a questão agrária, a difícil condição de vida dos camponeses e o colorismo. Assim, em agosto do mesmo ano foi preso e julgado dois meses depois, por uma corte militar, acusado de tramar com o estrangeiro e de receber manifestos políticos, armas e preparar atentados, e foi condenado em dezembro a três anos de prisão. Durante esse período contraiu a malária e a pneumonia.

No ano seguinte, o escritor estadunidense Langston Hughes, que estivera no Haiti em 1931, organizou o *Committee to Free Jacques Roumain* apelando a escritores e artistas para pressionarem o governo haitiano contra o encarceramento injusto de Jacques Roumain. Esse apelo foi publicado também na França em periódicos de esquerda como *Commune*. E, então, em 8 de junho de 1936 foi liberado. Como continuou sob rígida vigilância policial, foi com sua família, em agosto, para o exílio em Bruxelas, onde seu irmão Michel morava e depois para Paris. E, em novembro do mesmo ano, o PCH foi declarado ilegal.

Na França tornou-se membro da *Société des Américanistes de Paris* e colabora com diferentes revistas literárias e políticas de tendência esquerdista como *Regards*, *Commune* e *Les volontaires*. Entre 16 e 17 de julho de 1937, em Paris, participa, ao lado de 200 escritores, dentre eles o cubano Nicolás Guillén, o guianense Léon-Gontran Damas, a inglesa Nancy Cunard e Langston Hughes, nas sessões de encerramento do *Congrès des écrivains pour la défense de la culture*, que fariam parte de sua rede transatlântica de intelectuais negros antifascistas e antirracistas. E, no seu discurso durante o congresso, em pleno contexto de totalitarismo na Europa e de racismo científico, reitera mais uma vez sua negritude e seu consequente comunismo e antifascismo, denunciando o fascismo como uma ameaça política, uma ideologia racista³⁷. Igualmente declara: “Como escritor, estou comprometido com a defesa da cultura ameaçada pela barbárie fascista. Isso significa que sou levado a tornar meus o sofrimento e a vontade de vencer do povo espanhol em sua luta pela liberdade contra o fascismo, em sua luta pela dignidade da raça humana”³⁸. No mesmo ano publica na

³⁷ Segundo Hoffmann (2014), o discurso proferido por Jacques Roumain na ocasião não foi publicado no número da *Commune*, revista publicada pela Associação de Escritores e Artistas Revolucionários. A versão disponível foi publicada por Nancy Cunard em *Three Negro poets*, no *The Left Review*, em outubro de 1937.

³⁸ *En tant qu'écrivain, je m'engage pour la défense de la culture menacée par la barbarie fasciste. Ce qui implique que tout me pousse à faire miennes et les souffrances et la volonté de vaincre du peuple*

revista *Commune* o poema *Madrid* acerca da guerra civil espanhola e com dedicatória à Ramón Sender, jornalista e romancista espanhol, voluntário no exército republicano, cuja esposa e irmão foram assassinados pelos nacionalistas.

Entre 1937 e 1938, estuda antropología no *Institut d'ethnologie de Paris*, tendo como professores Paul Rivet, Marcel Mauss e Henri Breuil, e foi um dos assistentes de Paul Rivet no *Musée de l'Homme*. Em abril de 1938, Jacques Roumain e Pierre Saint-Dizier, diretor da revista *Regards*, foram presos a pedido do governo francês, sob a acusação de insultar um chefe de estado estrangeiro, após uma queixa da legação da República Dominicana. A prisão ocorreu após um artigo de Roumain intitulado “*La tragédie haïtienne*”, publicado em novembro de 1937, que acusava o ditador dominicano Rafael Trujillo de genocídio de migrantes haitianos em outubro de 1937 e também implicava o presidente haitiano Stênio Vincent. O julgamento resultou em uma sentença de 15 dias de prisão e uma multa de 300 francos. Muitas figuras importantes, inclusive os escritores Romain Rolland e Jean Cassou, protestaram contra a acusação. Depois desse episódio e em vista da eclosão da Segunda Guerra Mundial, sua família volta para o Haiti e ele vai para os Estados Unidos.

Após sua chegada, foi acolhido por Lyman Bradley, professor de ciências políticas da Universidade de Nova York, e sua esposa Francine Bradley, que havia sido secretária do *Committee to Free Jacques Roumain*. Matriculou-se na Universidade Columbia, porém abandonou os estudos devido à falta de recursos financeiros. Pois, durante esse período, enfrentou importantes dificuldades, oferecendo aulas de francês que eram mal remuneradas. Entretanto, manteve contato com sindicalistas como Lucas Prémice, o jornalista Ernest Tisch e o poeta Langston Hughes, além de Alain Locke e Richard Wright, todos importantes figuras do movimento cultural afro-americano do Renascimento do Harlem. No final de dezembro de 1940, deixou os Estados Unidos rumo a Havana aceitando o convite do poeta Nicolás Guillén, onde trabalhou como jornalista.

Em 16 de maio de 1941, após novas eleições, com Élie Lescot na presidência, Jacques Roumain retorna ao Haiti, após quase seis anos de exílio. Aproveitando a formação adquirida em Paris, dedicou-se a trabalhos científicos, incluindo encontros com o antropólogo Alfred Métraux. Em 31 de outubro, foi estabelecido por decreto-lei o

espagnol en lutte pour la liberté contre le fascisme, en lutte pour la dignité de l'espèce humaine. Cf. HOFFMANN; ROUMAIN, 2014.

Bureau National d'Ethnologie, instituição que passou a dirigir. Posteriormente, o presidente Lescot convocou-o em 1942 para representar diplomaticamente o país no México como encarregado de negócios, o que para alguns é considerado como um novo período de exílio velado. No verão de 1943, no México, presidiu a delegação haitiana no *Primer Congreso Demográfico Interamericano* e foi o secretário do *Instituto Internacional de Estudios Afroamericanos* criado em decorrência dos debates do Congresso em 20 de outubro de 1943.

Em 1944, retornou ao Haiti, onde faleceu em 18 de agosto, aos 37 anos, segundo alguns adoecido e segundo outros envenenado, deixando sua viúva Nicole Hibbert, ativista feminista, com quem se casou em 1929, e dois filhos, Daniel e Carine, nascidos em 1930 e 1937, respectivamente. Uma casualidade intrigante é que importante figuras latino-americanos e caribenhos morreram na mesma faixa etária: José Carlos Mariátegui aos 36 anos (1894-1930), Fanon aos 36 anos (1925-1961), Che Guevara aos 39 anos (1928-1967).

Jacques Roumain foi um dos principais pensadores haitianos de seu tempo. Deixou importantes obras literárias, como *Governadores do Orvalho*. A versão espanhola contou com o prólogo de Nicolás Guillén e a primeira tradução no Brasil foi publicada em 1954, com o título “Donos do Orvalho” pela Editorial Vitória, editora vinculada ao Partido Comunista Brasileiro. Uma nova edição “Senhores do Orvalho” foi publicada em 2020 pela editora Carambaia. Influenciou importantes movimentos como o indigenismo haitiano, a Revolução de 1946. Adaptou o marxismo à realidade haitiana e sua atuação foi movida pelas relações raciais, a situação miserável dos camponeses e críticas à burguesia nacional. Se solidarizou com a situação dos trabalhadores e dos racializados no mundo, de forma geral, tendo como sonho o fim da opressão contra os “sujos negros, dos brancos grevistas morrendo de fome como os sujos negros, os sujos indianos, os sujos hindus, os sujos indochineses, os sujos árabes, os sujos malaios, os sujos proletários, os sujos judeus, que são todos os condenados da terra”³⁹.

Referências:

CADET, Jean-Jacques. Le nationalisme de classe chez Jacques Roumain, transition vers le marxisme. In : **Le devoir d'insoumission**. Regards croisés sur l'occupation

³⁹ Adaptação de seu poema “Sujos negros” publicado em 1945 na Coletânea *Bois d'ébène*.

américaine d'Haïti (1915-1934). ROBERSON, Édouard ; CALIXTE, Fritz (dir.), Québec : Les Presses de l'Université Laval, 2016, p. 163-178.

DORESTAL, Yves. **Jacques Roumain (1907-1944): un communiste haïtien: le marxisme de Roumain ou le commencement du marxisme en Haïti.** Delmas: C3 Éditions, 2015.

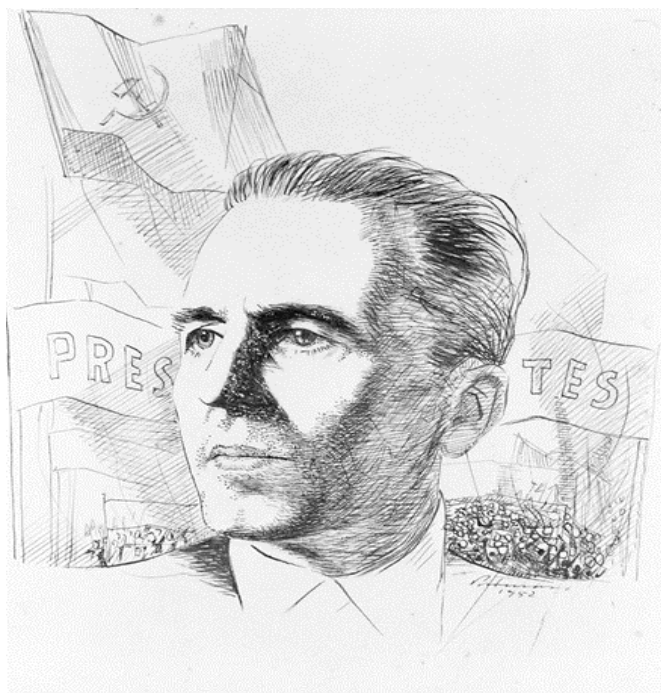
HOFFMANN, Léon-François. Jacques Roumain et l'occupation Américaine. In: **Le devoir d'insoumission. Regards croisés sur l'occupation américaine d'Haïti (1915-1934).** ROBERSON, Édouard ; CALIXTE, Fritz (dir.), Québec : Les Presses de l'Université Laval, 2016, p. 163-178.

HOFFMANN, Léon-François ; ROUMAIN, Jacques. "Jacques Roumain et Nancy Cunard". **Gradhiva**, n. 19, 2014, 174-191. Disponível em: <https://journals.openedition.org/gradhiva/2810#ftn10>. Acesso em: 29 outubro 2024.

PALISSE, Marianne. Jacques Roumain, Léon-Gontran Damas, et les filiations de l'anthropologie haïtienne des années 1930-1940: vers la constitution d'espaces intellectuels transcoloniaux? **Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie**, Paris, 2020, p. 1-21. Disponível em: <https://www.berose.fr/article2042.html?lang=fr>. Acesso em: 05 outubro 2024.

11. PRESTES, Luiz (às vezes grafado como Luís) Carlos

Porto Alegre, Brasil, 03/04/1898 – Rio de Janeiro, Brasil, 07/03/1990



Retrato de Prestes pelo companheiro de Partido Cândido Portinari, 1952

Autor: Bernardo Marques⁴⁰

Resumo: Luiz Carlos Prestes nasceu em 1898 em Porto Alegre, tendo se tornado lenda-viva quando comandou, ao lado do tenente Miguel Costa, a 1ª Divisão Revolucionária em armas contra o governo de Artur Bernardes. Mais tarde, tornou-se o maior líder da história dos Partidos Comunistas brasileiros e do movimento socialista em geral no país. Atuando clandestinamente no Brasil ao lado da notória revolucionária Olga Benário, é preso em 1936 pelo seu envolvimento no malfadado levante armado do ano anterior, pejorativamente apelidado “Intentona Comunista”. Cumpriria uma pena de nove anos. Libertado em 1945 durante os capítulos finais da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Luiz Carlos se envolve nas campanhas do “queremismo” e lidera o Partido Comunista durante sua breve legalidade, sendo eleito deputado federal por três estados e senador da República pelo Rio de Janeiro – e participando assim da Constituinte de 1946. Tendo sido rapidamente jogados novamente na ilegalidade em 1947, Prestes e seu Partido continuaram a influenciar *diretamente* os acontecimentos da turbulenta história política brasileira até pelo menos o golpe militar de 1964, quando a repressão se abateu duramente contra os comunistas e o “Cavaleiro da Esperança” teve de partir para seu segundo exílio em vida, vivendo na União Soviética e organizando como pôde a resistência democrática do PCB desde lá. Voltou ao Brasil somente em 1979, quando da Lei de Anistia. Surpreende a todos, no entanto, já no ano seguinte,

⁴⁰ Mestrando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduado na mesma instituição. Estuda os partidos de esquerda na redemocratização brasileira na linha de pesquisa História e Culturas Políticas. E-mail: marquesbernardo59@gmail.com

quando rompe com o PCB (a partir da publicação de um dos textos mais importantes da política brasileira recente, a “Carta aos Comunistas”) com a denúncia do que considerava a “destruição por dentro” do Partido que liderou por décadas. Prestes afasta-se da política institucional no contexto da chamada “Redemocratização Brasileira”. Esteve, no entanto, presente nos grandes movimentos sociais e na cena pública brasileira da década de 80. Faleceu em 1990, na cidade do Rio de Janeiro. Seu enterro foi acompanhado por multidões de seus camaradas, admiradores e mesmo adversários.

Palavras-chave: Luiz Carlos Prestes; Partido Comunista; “Cavaleiro da Esperança”.

No início do século XX, o Brasil se encontrava um grande palco aberto para projetos em disputa. O maior país do hemisfério sul vinha sendo conduzido pelo consórcio das elites “casacas”, desde o *putsch* que instaurou a República. Alguns dos mais indignados reuniam-se nas fileiras do baixo Exército: jovens tenentes. A década de 20 marca o início da sublevação em armas destes insatisfeitos oficiais. É em 1925, no entanto, que inicia-se a grande marcha pelos rincões do país liderada pelo capitão Luiz Carlos Prestes. Esboçar a biografia de uma das mais relevantes lideranças políticas do país é tarefa ao mesmo tempo simples e complexa.

Prestes rasgaria, em 2 anos, 25000 km Brasil adentro, recebendo status mítico expresso na alcunha “Cavaleiro da Esperança”. Criado por Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PC em 1922, popularizada pelo romance biográfico de Jorge Amado, o epíteto retrata a estima com que o tenente era recebido dentro e fora do país. Nasceu no Rio Grande do Sul junto com a Proclamação da República em 1889. Seu progenitor – envolvido nesse movimento militar – deixou-o órfão de pai ainda aos 10 anos. Vivia então no Rio de Janeiro. Sua mãe, Leocádia, desdobrava-se entre trabalhos manuais e um emprego público como professora para prover cinco filhos. Na busca por ascensão social, Prestes foi levado ao Colégio Militar e, posteriormente, à carreira propriamente dita. Ainda no Colégio, suas notas e apreço por valores de disciplina e diligência o colocariam como aluno de destaque. Anos mais tarde, na Escola Preparatório de Realengo, obteve das mais altas notas da história da instituição, comparáveis às de nomes como o do ditador Ernesto Geisel.

Formado engenheiro em 1920, o capitão Prestes é deslocado para sua terra natal. O Presidente Artur Bernardes enfrentava os primeiros levantes armados, antes de assumir o cargo, quando eleito em 1922. Foi em 1924 que envolveu-se propriamente com o movimento contestatório, prestando solidariedade aos rebeldes paulistas que fracassaram em seu levante. A Coluna Miguel Costa-Prestes, oficialmente

a 1ª Divisão Revolucionária, formaria-se em abril do ano seguinte. Composta em seu auge por 1,5 mil homens, a Coluna não tendo vencido em seus objetivos terminou sem ser vencida em combate. Derrotada quando deposta em armas no início do ano de 27, a tática da marcha resultou em um governo central enfraquecido o suficiente para que, três anos mais tarde, outro grande gaúcho levasse à cabo a instauração de um novo governo.

Exilado na Bolívia, Prestes terá contato com Astrojildo Pereira, que viaja ao exterior levando uma mala de livros marxistas para oferecer aos comandantes da Comuna. Interessava ao fundador do Partido o radicalismo daqueles militares. Imaginava que o leninismo lhes seria útil. O capitão inicia seus estudos pelo clássico instantâneo *O Estado e a Revolução*, do recém falecido Vladimir Lênin. Apesar de se encontrar no exterior, Prestes era considerado um dos principais nomes da oposição ao governo Washington Luís, mesmo que não estivesse engajado nesse sentido. Na Argentina, aprofunda seu contato com o marxismo-leninismo a partir da amizade que desenvolve com Rodolfo Ghioldi, dirigente do PC daquele país (e também pelo contato com o enigmático Abraham Guralski, enviado da Internacional Comunista para a América Latina). Já convencido do caminho vermelho, o “Cavaleiro da Esperança”, no entanto, não se juntou ao PCB de pronto: os comunistas temiam que Prestes pudesse ter demasiado peso sobre o Partido, eclipsando sua organização.

Independente do relacionamento inconstante que tinha com o PC, Prestes encontrava-se progressivamente isolado das demais grandes lideranças do movimento dos tenentes. Tendo se encontrado clandestinamente no Rio Grande do Sul com Getúlio Vargas duas vezes, negou-se primeiro a endossar sua candidatura à Presidência e depois a ser seu comandante militar na vindoura tentativa de tomar o poder, ainda em 1930. Seu rompimento definitivo com a linha tenentista viria no 5º mês daquele ano, quando publica o revelador Manifesto de Maio. Nele, sem citar referencial da tradição marxista, transpõe-se à linha política dos comunistas brasileiros.

Getúlio chegaria ao poder 5 meses mais tarde. Impedido de viver na Argentina pelo golpe militar do general José Uriburu, muda-se em 1931 para a União Soviética a convite da pátria socialista. Iniciaram-se ali os estudos para a Revolução Brasileira. Três anos mais tarde, com a certeza de que alinhavam-se as condições para a tomada do Estado brasileiro, Prestes é incorporado por pressão soviética ao PCB e vê-se eleito

membro da Comissão Executiva da Internacional. É colocado em marcha seu regresso ao Brasil, um roteiro cinematográfico envolvendo uma lua-de-mel falsa (com a refugiada alemã Olga Benário) pela França e pelos Estados Unidos, terminando no Rio de Janeiro. Os “portugueses Antônio e Maria Vilar” desenvolveriam ao longo do trajeto uma paixão real e, ao encontrarem-se com o grupo internacional de comunistas no distrito federal, já eram um casal de fato.

Formava-se em 1935 no Brasil a Aliança Nacional Libertadora que, mesmo sem contar com o apoio do PCB àquela hora, elegeu Prestes seu Presidente de Honra. Os combates antifascistas tomavam corpo no Brasil, e conflitos entre a ANL e a Ação Integralista Brasileira (organização fascista liderada por Plínio Salgado) podiam ser vistos pelas ruas dos principais centros urbanos de norte a sul. Vargas inicia o fechamento do regime: a ANL é colocada na ilegalidade e o crescente envolvimento dos comunistas com a organização ao fortalecimento do consenso sobre a deflagração de nova rebelião armada para depor o governo. Por informações imprecisas, em novembro daquele ano, inicia-se o levante, com a expectativa de que o povo e a classe trabalhadora se unissem aos quadros militares. Primeiro em Natal, Recife e Olinda e, depois, no Rio. Este, como última quartelada tenentista, revelou-se como erro estratégico: não houve adesão popular e os revolucionários foram massacrados física e propagandisticamente. Ao governo, que paulatinamente alinhava-se aos valores do Eixo e inspirava-se em tendências do nazifascismo europeu, a “Intentona” dá a justificativa que faltava.

Levando adiante uma das maiores ondas repressivas da história brasileira, Vargas e seu carrasco, o chefe de polícia Filinto Müller, outrora expulso da Coluna pelo próprio Prestes, deflagraram prisões arbitrárias, invasões de domicílios, assassinatos e torturas numa caçada implacável por Prestes e seus camaradas. Em 1936 é preso no Méier, junto de Olga. Levados ao DOPS, essa seria a última vez que veriam um ao outro. O Cavaleiro da Esperança tornou-se uma figura soturna e paranóica. Seu renome interno e externo fez Prestes escapar de torturas físicas; embora tenha passado 1 ano quase totalmente incomunicável. Por carta recebida em segredo, fica a par da gravidez de Olga. Mais tarde, descobre que o STF e Vargas orquestraram sua extradição para o Terceiro Reich, mesmo sabendo que Olga era judia, comunista e procurada há anos pela Gestapo. Tratava-se da certeza de que sua companheira seria assassinada – certeza confirmada apenas em 1945, quando foi informado acerca da sua morte em abril de 42, numa câmara de gás de Bernburg.

No mesmo ano em que os nazistas finalizavam a trajetória de luta de Olga, o Brasil se envolveu, no Atlântico, com a Segunda Guerra, após sinalizações confusas. O PCB, reorganizado em 1943 na Conferência da Mantiqueira (onde Prestes, mesmo ausente, seria eleito Secretário Geral do Partido) engajava-se crescentemente pelo país em marchas antifascistas e à favor do envio de tropas brasileiras para as campanhas na Europa. Trazido para a órbita dos Aliados, o regime se via crescentemente pressionado pela opinião pública. A campanha à favor da Força Expedicionária Brasileira seria um grande sucesso e mostraria a força que o PC ainda detinha, apesar de duramente perseguido e amargando uma perseguição de sete anos.

Prestando atenção na tendência contraditória alimentada em relação à sua ditadura pela participação brasileira na libertação da Itália do domínio fascista, Vargas decretou uma anistia benéfica a Prestes. Prestigiado pelas massas no histórico comício do Pacaembu, onde sua imagem em cartazes se mistura nas arquibancadas com bandeiras vermelhas e do Brasil, seu mito é mais uma vez declamado, dessa vez pelo poeta Pablo Neruda. O ex-capitão do Exército, agora o “Capitão do Povo”, encontra-se pela primeira vez com sua filha, Anita Leocádia, resgatada dos campos de concentração pela avó após intensas denúncias internacionais. Pressionado pela direita, cada vez mais alinhada aos desígnios estadunidenses, Vargas sabia necessitar dos comunistas para ficar no poder. O Partido elegeu uma bancada expressiva de 14 deputados. Apesar de ilegal e constantemente atacada e violentada pela polícia do governo Dutra, a legenda participa da Constituinte no ano seguinte, ratificando uma nova Constituição que havia sido pensada para o período democrático por vir.

Os ventos da Guerra Fria sopravam precocemente no Brasil e, em 1947, a Justiça Eleitoral cassa, por 3x2, o registro do PCB, sob a alegação de que se PC era *do Brasil* e não *Brasileiro*, faltava-lhe ser verdadeiramente nacional, colocando-o como célula subversiva comandada do estrangeiro. Prestes, ao responder uma pergunta capciosa, contribuiu para o imbróglio acerca da questão: disse que, em caso de guerra entre Brasil e a URSS, os comunistas estariam contra o governo brasileiro. Os pecebistas voltavam para a clandestinidade, todos seus mandatos cassados e suas lideranças jogadas na obscuridade. O IV Congresso do Partido se deu em 1954, num clima desfavorável aos comunistas após o suicídio de Getúlio. A partir dali, ainda que participassem da vida política brasileira, conforme o país atravessava uma sucessão de intensas crises políticas, os comunistas também as amargaram dentro do seu próprio

movimento – principalmente após o XX Congresso do PC Soviético, quando, após a morte de Stálin, Krushev leva adiante as denúncias sobre as ilegalidades cometidas por seu antecessor. Prestes, pela monta de sua reputação, passa a viver escondido em “aparelhos” do Partido. Perde, assim, gradativamente, o controle da organização – mesmo formalmente retendo as funções de Secretário Geral. O PCB nesse período passa a ser, na prática, comandado pelo Secretariado Nacional. No início dos 60, conheceu sua segunda esposa: a jovem militante Maria do Carmo, apontada para cuidar de sua segurança. Com ela, que já tinha dado à luz dois meninos, terá sete filhos.

Nos impasses que seguiram a sucessão presidencial de JK – notavelmente após a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa militar de impedir a posse do vice João Goulart – Prestes perderia a primazia sobre o pódio de maior liderança das esquerdas brasileiras em nível nacional, passando a disputar o título com o governador Brizola. Ao comandar a Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul em 1961, Brizola alça seu nome a um patamar de grande renome por todo o país. Contudo, 3 anos depois, o acelerado agudizamento da crise política levou ao Golpe de 64. Ao que consta, segundo o relato de membros do Comitê Central, Prestes teria passado a primeira noite após o golpe militar num Volkswagen, por falta de lugar adequado para abrigar-se em segurança. Com a dura repressão que se abate contra as esquerdas no país, o Partido, que optava pela via democrática no combate à ditadura, sofreria baixas significativas. Quando a situação se torna excessivamente crítica para ser contornada, Prestes é levado à viver na URSS. Nesse momento seu prestígio é o menor de toda sua vida: culpado pelos acontecimentos no Brasil, sequer é recebido no Kremlin por Brezhnev. Prestes tentou organizar o PCB como pôde desde Moscou, mas dirigentes não apenas sofriam com a repressão como o afastavam do comando efetivo.

Prestes aterrisou no Galeão no fim de 1979. De volta após a Lei de Anistia e já com 81 anos, foi recebido por cerca de dez mil apoiadores. Um ano depois, Prestes surpreende a todos: redige a chamada “Carta aos Comunistas”. Nela, acusa as novas direções do PC de estarem preparando a liquidação do Partido por dentro, o que levou ao seu rompimento com o Comitê Central e sua destituição de cargo que ocupava desde 1934. Mesmo cético em relação à transformação do Estado e fora da política institucional, Prestes marcava presença nas lutas sociais do contexto da chamada “redemocratização”, envolvendo-se na campanha das Diretas e nas eleições presidenciais de 1989, quando declarou apoio primeiro a Brizola e depois a Lula.

Orgulhosamente ainda se declarava comunista. Faleceu em março de 1990, no Rio de Janeiro, aos 92. Seu funeral tornou-se um grande ato político solene, prestigiando seu “heroísmo trágico” – como chamou o brasilianista soviético Boris Koval. O Cavaleiro seguia firme: mesmo Velho, conservava a utopia e levava consigo um pedaço da história dos batalhadores brasileiros.

Referências:

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

12. Galvão, Patrícia Rehder

São João da Boa Vista, Brasil, 09/06/1910 – São Paulo, Brasil, 12/12/1962



Fonte: https://unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2004/ju257pag06.html

Autora: Leidiane Francelina Batista⁴¹

Resumo: Patrícia Galvão, conhecida como Pagu, nasceu no dia 09/06/1910, na cidade de São João da Boa Vista, no interior do estado de São Paulo. Foi uma artista brasileira ligada ao movimento modernista que ficou reconhecida pelas suas ilustrações e charges e pelo seu trabalho como escritora e jornalista, além de grande participação na política, como militante no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como metodologia, foi utilizado um levantamento bibliográfico, além de análise do jornal *O homem do povo* de 1932, inserido na Hemeroteca Digital, fundado por Patrícia e Oswald de Andrade, logo que entraram no partido comunista, sendo de poucas edições. O objetivo dessa pesquisa é trazer a tona essa personagem de destaque nas artes e na política brasileira, e que se tornou a primeira mulher ativista a ser presa no Brasil, uma figura que também desagradou o próprio partido chamando-a de “agitadora individual”.

Palavras-chave: Patrícia Galvão; militância; resistência.

⁴¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). E-mail: leidiane.francelina.077@ufrn.edu.br

Escrever já é um desvio favorável ao esconderijo. No fundo eu penso na defesa dos detalhes, porque eu sei que os detalhes justificarão em parte minha maneira de ser. Ou não. (...)

Patrícia Galvão-eterna Pagu

Patrícia Rehder Galvão, mais conhecida pelo pseudônimo de Pagu, dentre tantos que tinha, nasceu no dia 09/06/1910, na cidade de São João da Boa Vista, no interior do estado de São Paulo. Pertencente a uma família de classe média alta, sendo a terceira filha de quatro irmãos. Seus pais se chamavam Thiers Galvão de França, advogado e jornalista, com ascendência portuguesa e Adélia Rehder, uma dona de casa e de ascendência alemã e portuguesa. Seus irmãos chamavam-se Conceição, Homero e Sidéria, sendo que “A irmã caçula, Sidéria, foi a que mais esteve presente na vida de Pagu, inclusive acompanhando-a em sua militância política” (SARAIVA, 2022, p. 16).

Quando tinha apenas quinze anos, a família de Pagu decidiu mudar-se para a cidade de São Paulo, onde conseguiu o primeiro emprego, como redatora, passando a escrever críticas contra o governo e contra as injustiças sociais, em uma coluna de notícias do *Brás Jornal*, assinando com o pseudônimo de *Patsy*. Mesmo para a sociedade da época, ela se destacava por defender as causas feministas, além de estar inserida numa época e numa geração de 30 que era vista por “viver o fracasso das promessas da modernização industrial que constituem o imaginário utópico da geração de 20 e o legado de exclusão e pobreza da formação do país” (ALMEIDA, 2023, p. 137).

Estudou na Escola Normal em São Paulo para professora, e mesmo tendo pouca idade, já se envolvia nos movimentos modernistas, e assim com 19 anos se envolveu no Movimento Antropofágico por conhecer Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. O apelido Pagu surgiu de um erro do poeta modernista Raul Bopp ao dedicar a ela, em 1928, o poema “Coco de Pagu”. Bopp inventara o apelido, imaginando que seu nome fosse “Patrícia Goulart” e pretendendo fazer uma brincadeira com as primeiras sílabas do nome, surgiu esse ao qual ficou conhecida.

Pagu, com todo seu envolvimento nas artes, vai colaborar na segunda fase da Revista de Antropofagia, “(...) pois só nessa segunda fornada o movimento ganha contornos e corpo, superando o ecletismo e a superficialidade de seus momentos iniciais” (CAMPOS, 2014, p. 21). Dessa forma, com toda sua participação, acaba entrelaçando um romance com Oswald de Andrade, que se separa de Tarsila em 1929,

e, já nos anos de 1930, se tornam pais, e Pagu tem seu primeiro filho Rudá de Andrade. “Polêmica, irreverente, emancipada” (Pontes, 2006, p. 431) é assim que se torna uma mulher de destaque, e, com esse salto em sua vida, começa a dar os primeiros passos para o mundo da política.

Em sua viagem para Buenos Aires, na Argentina, para participar de um festival de poesia, Pagu conhece Luiz Carlos Prestes e fica encantada com o movimento comunista. E, em 1931, se filia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), junto de seu companheiro. Foi o início de um período de intensa militância política, já que em 1930 acontece a tomada de poder pelos militares em favor de Getúlio Vargas dando início a movimentos que desencadeiam no autoritarismo varguista e “(...) na perseguição política e a prisão de muitos intelectuais e escritores” (ALMEIDA, 2023, p. 137).

Em março de 1931, os dois fundam o jornal *O homem do povo* para apoiar a esquerda revolucionária, jornal que chamou a atenção para as publicações que falam sobre classes sociais. Na publicação do dia 27 de março de 1931, ressaltam na página três a ideia de classe para o senhor Plínio Salgado, e como forma de ironia o chama de Plínio “Saldoce” no qual dizem “O Sr. Plínio Saldoce, quer que haja classes, mas classes iguais. (...) O Sr. Plínio sabe muito bem (...), que há duas classes, a dos opressores e a dos oprimidos” (*O homem do povo*, 1931, p. 3).

Patrícia Galvão foi a militante do ideal. Por toda sua vida, colocou-se a serviço de ideias, ideologias e do progresso cultural, corporificando a noção de engajamento e envolvimento a um grau máximo. Assim, no dia 15 de abril de 1931 é presa pela primeira vez por participar de uma greve de estivadores de Santos e, quando é solta, o PCB a faz assinar um documento, em que se declarava “agitadora individual, sensacionalista e inexperiente”. É com esses acontecimentos e outros em que o partido a faz passar, que ela vai se desvincilhando aos poucos.

Não deixando de lado as suas publicações, o que chama mais atenção é o seu livro *Parque industrial*, lançado em 1933, e que narra a experiência de trabalhadores nas fábricas têxteis super lotadas de São Paulo, mas acaba assinando com o pseudônimo de Mara Lobo, pela própria exigência do partido, “Parque Industrial é recebido pela crítica como um doloroso documento humano, que se servia de toda a brutalidade da linguagem para denunciar as desgraças da classe submetida” (FERRAZ, 2014, p. 137). Totalizando mais de 23 prisões em sua vida, depois que lança seu livro, no mesmo ano faz uma viagem pelo mundo, deixando no Brasil seu marido e filho.

Como correspondente de vários jornais visitou os Estados Unidos, o Japão, a China e a União Soviética. Na Manchúria, por onde passa, presencia a coroação do imperador Pu-Yi, que lhe dá as sementes de soja que introduziriam essa cultura no Brasil. Na viagem à China, entrevista um passageiro ilustre de navio, Sigmund Freud. Entra na Europa pelo trem Transiberiano (oito dias de viagem); de Moscou, vai à França e, ao passar por Berlim, pede aos membros da Gestapo que a vigiam como “suspeita” (pois viera de Moscou), que a deixassem descer do trem para ter ao menos a experiência de tomar um chope alemão⁴².

Em 1935, filiou-se ao partido comunista da França. Foi presa em Paris como comunista estrangeira. Com identidade falsa voltou ao Brasil. Separou-se do marido e ao retornar às suas atividades jornalísticas foi novamente presa e torturada pelas forças da ditadura, passando cinco anos na cadeia, no qual registra de forma muito vívida “(...) o esgotamento que acomete parte da juventude revolucionária dos anos 30 a partir do final da década” e ainda relata seu martírio “Descansava no hospital e voltava para tortura. Pior que a polícia? Não: Métodos diferentes, mas tão extenuadores, ou mais, dos que o da polícia (GALVÃO *apud* ALMEIDA, 2023, p. 145).

Em 1940, ao sair da prisão, Pagu tentou o suicídio, rompeu com o Partido Comunista e passou a defender o socialismo. Logo depois, ingressou na redação do jornal *Vanguarda Socialista*. Em 1945, casou-se com o jornalista Geraldo Ferraz e dessa união nasceu seu segundo filho Geraldo Galvão Ferraz. Em 1950, tenta uma vaga como deputada estadual, mas sem grande sucesso. Além de sua contribuição para jovens amadores de teatro, liderou campanhas para a construção do teatro municipal, funda a Associação dos jornalistas profissionais e criou também a União do Teatro Amador de Santos.

Patrícia Galvão, Mara Lobo, Pagu, Gim, a militante do ideal, voltando a morar em Paris, para o tratamento de um câncer, não tem êxito e tenta se suicidar. Acaba morrendo em São Paulo, 12/12/1962, às dezesseis horas, nesse dia de primavera, no qual desejava para si “a morte anônima (...) fez tudo para obtê-la” (FERRAZ, 2014, p. 326) mas morreu entre os seus. Assim

Na vida tumultuosa que levou, a obsessão por uma ideia, ideologia ou função cultural, encarnou-se nessa figura de mulher que jamais buscou

⁴² Fragmento retirado da apresentação da 2ª edição de 1982 do livro *Parque industrial* e feito por Geraldo Galvão Ferraz, filho de Patrícia.

a publicidade, mas que a teve até pejorativa, até escandalosa, até deprimente — ela considerava seus reveses e suas derrotas, as bofetadas do destino, as chibatadas da polícia, a prisão e o escândalo em torno de seu nome e de sua atuação, “grã-cruzes” de uma luta que iria até defrontar-se com a morte (FERRAZ, 2014, p. 330)

Ficam essas imagens dessa personagem, que, de forma tumultuosa, teve sua vida modificada por diversas nuances e que de alguma forma se destacou na literatura em que fazia, sendo que “(...) tornou-se um símbolo de contestação da moral imposta sobre a mulher pela sociedade, assim como, de sua necessidade de emancipação” e “(...) Pagu também tornou-se um mito e assim como tantos outros mitos, sua trajetória sofreu apagamentos e distorções ao longo do tempo” (SARAIVA, 2022, p. 16). Como ela mesma escreveu “O estado provisório de não satisfação completa já me legava uma outra voluptua – a da procura” (FERRAZ, 2005, p.52).

Referências:

ALMEIDA, Júlia Maria Costa de. O feminismo revolucionário antifascista dos anos 1930: da prisão política à conquista da autoria. **Contexto**, Vitória, v. 1, n. 43, p. 136-163, 2023.

CAMPOS, Augusto de (org.). **Pagu**: vida-obra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COELHO, Liziane de Oliveira. **A escrita como devoração da vida**: Patrícia Galvão, a face velada de Pagu. 140 fls. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em História da Literatura, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

DE CAMPOS, Augusto. **Pagu—vida e obra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu**: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão/organizador Geraldo Galvão Ferraz. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

PONTES, Heloisa. Vida e obra de uma menina nada comportada: Pagu e o Suplemento Literário do Diário de S. Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 431-441, 2006.

SARAIVA, Samara Akemi. **“Impróprio para menores e senhoritas”**: Parque Industrial – a história e a recepção de um romance sobre mulheres proletárias. 100 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO	Verbetes biográficos das esquerdas antifascistas latino-americanas e caribenhas
ORGANIZADOR	Marco Antônio Machado Lima Pereira
SUPORTE	Digital
PROJETO GRÁFICO	Roney Correia da Silva
CAPA	Izabela Moreira
PÁGINAS	88
EDIÇÃO	1ª edição – Outubro de 2025



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



9 786553 635029